

EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • N.º 181 • Ano VI • De 10 a 23 de novembro de 1983 • Cr\$ 200,00

**Congresso
Nacional
aprova o arrocho**
pág. 3

**Granada:
a revolução
interrompida**
págs. 15 e 16

**O que foi
o Congresso
da UNE**
págs. 12 e 13

**Fundada a central
da conciliação**
págs. 8 e 9



Em São Paulo, o povo incendia trens em atraso

CRESCCE A REVOLTA

Depredações, ocupações de terreno, saques, ações diretas de todo o tipo:
uma realidade que vai tomando conta do país. (págs. 4 e 5)

Eleições diretas Só com casuísmos

Eventualmente fortalecido com o restabelecimento provisório da unidade do PDS em torno ao decreto-lei 2.065 (ver matéria na página 3) e com a reconciliação com o PTB, o governo toma uma iniciativa decisiva no encaminhamento da sucessão de Figueiredo.

Apresentando-se como interlocutor oficial, o ministro Leitão de Abreu convocou publicamente o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, para um encontro no qual "não se repudia a conversação de nenhum tema nem mesmo as eleições diretas para a presidência da República". A iniciativa do governo é filha direta das conversações que foram tema de capa deste jornal em sua edição passada.

A proposta oficial de Leitão de Abreu desencadeou nos últimos dias, como seria de esperar, um leque de manifestações favoráveis ao retorno das eleições diretas. "Os militares estão examinando a hipótese de eleições diretas para presidente da República como a mais viável", chegou a afirmar o almirante Maximiano da Fonseca, ministro da Marinha. Seguiram-se declarações dos governadores do PDS, algumas enfáticas a respeito da vantagem das diretas.

Casuísmos

Para se ter uma avaliação do

significado desta iniciativa da ditadura é preciso considerar quatro elementos.

Em primeiro lugar, a possibilidade da realização de eleições diretas é a prova mais cabal do enfraquecimento da ditadura de sua crise. O agravamento da crise econômica, a perda de bases de sustentação do governo, o seu desgaste imenso e irreversível, as suas divisões internas, os avanços do movimento operário levam a uma necessidade inadiável do regime se transformar. E, para isto, precisa negociar com os partidos da oposição burguesa.

Em segundo lugar, não há a esta altura, e seria incorreto fazer esta avaliação, nenhuma segurança sobre a realização das eleições diretas. A sua realização é uma hipótese a mais que o governo se abre para trabalhar, na situação difícil que enfrenta. O general Danilo Venturini foi claro ao afirmar que o governo não está propondo a realização das eleições diretas mas simplesmente está aberto a discutir com os partidos de oposição esta possibilidade.

Em terceiro lugar, como o governo propõe, a eventual realização de eleições diretas resultaria de um jogo de concessões entre governo e oposições. Isto é, em linguagem mais clara, se elas vierem, serão cercadas por casuísmos. E eles já começam a



Resenha Nacional

ser levantados: o senador Marco Maciel, propõe a inclusão de uma ponderação que diminuiria o peso do eleitorado nas regiões mais oposicionistas, como ocorre hoje na composição do colégio eleitoral; fala-se da possibilidade de implementar uma reforma constitucional, instituindo o parlamentarismo; o deputado Gióia Jr. (PDS-SP) propõe uma lei de inelegibilidades, que vetaria a candidatura de atuais governadores e prefeitos (excluindo, assim, do páreo, Brizola e outros).

Por último, o governo aposta no fortalecimento das propostas de Tancredo no PMDB. Sabe-se que este partido, no início de dezembro, realizará as suas convenções nacionais, prevenindo-se o enfraquecimento dos setores menos dispostos a conciliação no Diretório e na Executiva do PMDB. Tal composição, seria um forte impulso à negociação já que Brizola tem manifestado, de sua parte, estar aberto a uma proposta de consenso.

Emergência x OAB O grande vexame

Desmoralização, vexame e ridículo foram os frutos colhidos pela ditadura nos primeiros dias do Estado de Emergência em Brasília. O comandante Militar de Brasília, indicado para coordenar o Estado de Emergência, o general Newton Cruz revelou-se um trapalhão à altura dos seus companheiros do ministério econômico. Newton Cruz já havia sido afastado da chefia da agência central do SNI pelo seu envolvimento no escândalo do assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten.

Primeiro ridículo. No dia 24 de outubro, Newton Cruz ordenou a invasão da sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília, intervindo em pleno 1º Encontro de Advogados do Distrito Federal. Foi a primeira vez que a sede da OAB foi invadida em sua história e nem mesmo durante os mais negros anos do Estado Novo tal fato havia ocorrido. Posto diante da realidade de um encontro acadêmico planejado há mais de um ano, o general

Newton Cruz chegou a afirmar à imprensa que "havia quebrado a cara".

Segundo vexame. Newton Cruz continuou a dar consequência a seu gesto desastrado, intimando vários advogados a depor no Comando Militar do Planalto, indiciando-os em inquérito para apurar responsabilidades do Encontro. O processo era tão escandaloso que dias depois, para evitar maiores vexames foi vetado por ordem direta do Planalto.

Terceira desmoralização. Retomada a sede, a OAB marcou uma solenidade de desagravo para o dia 4 de novembro. Novamente o general Newton Cruz entrou em ação, enviando um ofício ao presidente da Ordem, Maurício Correia, lembrando aos advogados um série de constrangimentos que teriam de observar em obediência aos artigos previstos no Estado de Emergência. O ofício do general foi arquivado e solenemente ignorado pelos advogados.

Padres e posseiros Nova condenação

Sob a proteção ostensiva de cem soldados da Polícia Militar armados de cassetetes e revólveres, o Supremo Tribunal Militar confirmou as penas atribuídas pela Auditoria Militar de Belém aos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e aos treze posseiros acusados de promover uma emboscada que resultou na morte de um jagunço. Os padres e posseiros estão presos desde agosto de 1981 e já foram vítimas de toda espécie de vexames e humilhações, em um processo caracterizado pela Anistia Internacional como espúrio e cheio de irregularidades.

Francisco Gouriou e Aristides Camio continuam condenados a penas que vão de 8 a 10 anos. João Matias, considerado o líder dos posseiros, está condenado a 9 anos;

os outros doze trabalhadores estão condenados a oito anos. Provavelmente, eles terão que aguardar o julgamento de um novo recurso em meados do ano que vem.

Quando do fechamento desta edição, continuava em greve de fome o jornalista Juvêncio Mazzarollo, condenado a quatro anos de prisão pela Lei de Segurança Nacional. Juvêncio é jornalista do jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu e está preso desde 27 de setembro do ano passado. Em um manifesto escrito e divulgado recentemente, Juvêncio afirma que "se a condição para sair do cárcere for o meu silêncio ou alguma manifestação de respeito para com todo este banditismo, podem decretar minha prisão perpétua de vez."

Recorde histórico

Alimentos aumentam 333%

A elevação dos preços dos alimentos vem batendo todos os recordes da história brasileira. Nos últimos doze meses, os preços dos alimentos encareceram 333,6% no atacado; de janeiro a outubro a alta foi de 269,9%! Para a explicação da elevação recorde concorrem desde razões históricas, como o declínio da agricultura de alimentos para consumo interno em detrimento da agricultura de exportação, até motivos de natureza mais conjuntural. Para aumentar as exportações, por exemplo, este ano o governo fez uso até dos estoques normalmente utilizados para regular a oferta e a procura no mercado interno.

O aumento dos preços dos alimentos em um ritmo tão infernal produziu um fato de extrema

gravidade já notado pelo DIEESE desde setembro último. Pela primeira vez desde 1959, o custo total da ração essencial mínima necessária para a alimentação de um trabalhador adulto durante um mês superou o valor do salário-mínimo. Para adquirir a ração essencial mínima, constituída por treze produtos alimentares definidos na Constituição, aquele que recebe salário-mínimo teria que trabalhar hoje 243 horas e 58 minutos (em 1959, ela teria que trabalhar 67 horas e 7 minutos).

Esta realidade insuportável passa, no entanto, ao largo das prioridades da política do Planalto. O novo salário-mínimo reajustado é de Cr\$ 57.120,00 para o Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina,

São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e de Cr\$ 50.256,00 para os outros estados. De acordo com os cálculos do DIEESE, o novo salário-mínimo deveria ser de Cr\$ 220.477,53 para cobrir aquelas necessidades definidas na Constituição.

De quebra, nos últimos dias o governo deu uma nova paulada nos salários e benefícios pagos pela Previdência (do qual dependem, segundo estimativas oficiais, 40 milhões de brasileiros). Através de um artifício, no cálculo do reajuste, os salários dos aposentados e os vencimentos dos beneficiários serão reajustados 19,4% abaixo dos salários dos trabalhadores da ativa, os quais, por sua vez, já estão arrojados.

Convenção Nacional do PMDB Tancredo faz seu jogo

A convenção nacional do PMDB que será realizada no dia 4 de dezembro e que elegerá os 121 membros do novo diretório nacional do partido deverá consolidar a influência de Tancredo Neves. Será um resultado natural do curso para a direita do PMDB após as eleições de 82 e do peso dos governadores na vida interna do partido.

O grupo *Unidade*, articulado em torno à figura de Tancredo e que se coordena no Congresso através do deputado federal Wálber Guimarães, tem assumido uma postura agressiva na luta interna. Reune já 109 deputados federais e 12 senadores, a maioria da bancada peemed-

bista da Câmara e no Senado. E propõe, além de um controle do diretório nacional do partido, a substituição na secretaria-geral e na primeira secretaria de Francisco Pinto e Euclides Scalco por representantes indicados pelas bancadas peemedebistas mineira e paranaense.

O peso de figuras como Miguel Arraes e Francisco Pinto será necessariamente frágil já que o PMDB em seus estados encontra-se enfraquecido com as derrotas eleitorais, divididos e sob controle majoritário de posições mais moderadas.

Assim, a manutenção de Ulisses na presidência do partido, tida como

certa, resultará inevitavelmente de uma composição com Tancredo, em torno a posições moderadas. É esta perspectiva que mantém no ovo, com chances hoje ainda bastante remotas, propostas de articulação de um novo partido, sucedâneo do PP, como a que vem sendo formulada pelo deputado Thales Ramalho do PDS.

O PMDB caminha firmemente para seu destino de ser o grande partido da conciliação nacional, em detrimento das correntes do movimento operário que, impotentes, lutam em seu interior por uma postura de firme oposição à ditadura.

Montoro cede às pressões Polícia de Maluf

Em um discurso transmitido em rede estadual, o governador Franco Montoro anunciou a abertura de uma guerra permanente contra a criminalidade e os movimentos de explosão popular que têm sacudido São Paulo. Anunciou a criação do Fundo de Segurança do Estado, destinado a angariar doações de particulares e empresas para o orçamento policial, e a entrega de 262 novas viaturas à Polícia. Mas evitou anunciar uma profunda mudança na cúpula da polícia, o fato principal.

Na verdade, o que estava em jogo era mais do que o simples reforço da polícia. Era o fim da "nova polícia democrática" de Montoro, plataforma eleitoral que não resistiu a sete meses de governo. A extinção da Rota, o combate à corrupção nos meios policiais e ao permanente desrespeito aos direitos humanos, a criação de uma polícia preventiva já são agora metas abandonadas.

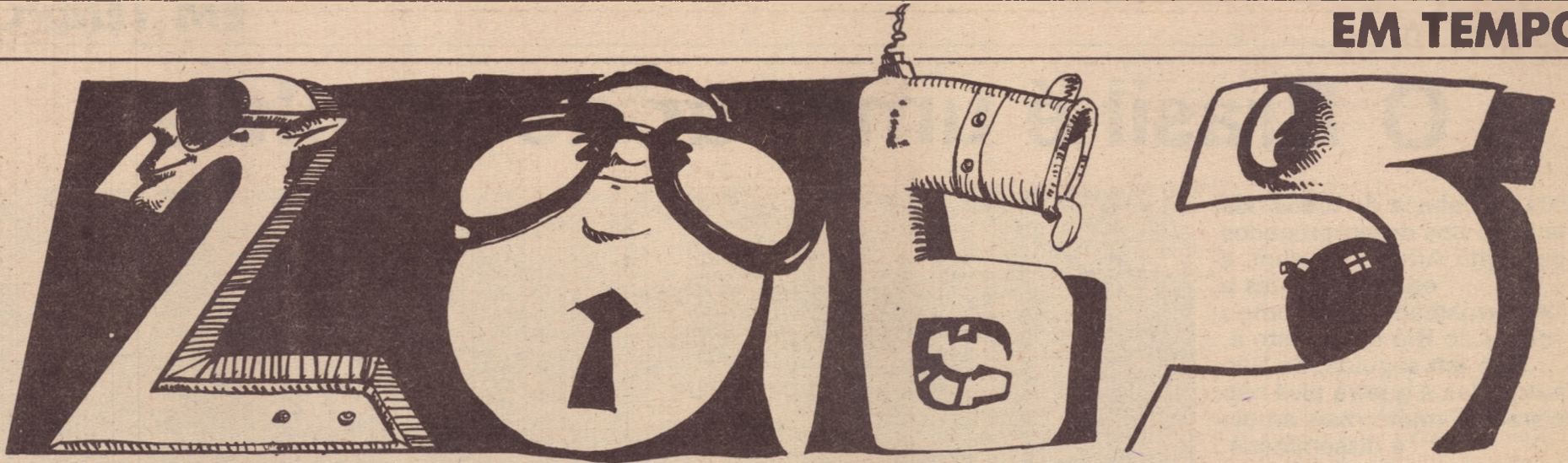
Pressionado pelo empresariado paulista e pelo governo federal, Montoro substituiu o delegado geral Maurício Guimarães Pereira e, em decorrência, todos os seus assessores. Substituiu ainda o chefe de gabinete da Secretaria de Segu-

rança Pública e o comandante da ROTA.

Maurício Guimarães Pereira era o encarregado de implementar a criação da "nova polícia democrática" e não tinha um bom trânsito às esferas federais. Para seu lugar, foi escolhido o delegado José Vidal Pilar Fernandes, reconhecidamente um dos homens de Romeu Tuma, o ex-chefe do Deops e atual superintendente da Polícia Federal em São Paulo.

Com esta decisão, o governo Montoro dá mais um passo, e decisivo, para integrar a sua política de segurança à da ditadura. Durante as greves do dia 21 de julho como noticiamos houve de fato uma efêmera harmonia de comandos. Agora, já há uma ligação orgânica.

Não bastasse negar o prometido, Montoro e o secretário de Segurança Pública passaram a defender publicamente a necessidade de se adotar a prisão cautelar, que permite à polícia fazer pressões indiscriminadamente para depois apurar a culpa do detido. Sabe-se que esta foi sempre uma bandeira das forças mais reacionárias do país e teve sempre a oposição da OAB.



Congresso engoliu o sapo

Em poucos dias, o governo saiu de uma posição de impasse marcado pela divisão entre os deputados do PDS e pelo fato de ser minoria no Congresso para uma outra que tornou possível a aprovação do decreto-lei 2.065. A situação menos desfavorável do governo não pode ser explicada pelas diferenças entre o decreto-lei 2.064 e o decreto-lei 2.065.

Elas são mínimas. No que diz respeito aos salários, ao invés dos reajustes globais ficarem em 80% do INPC ficarão agora em 87,5%. Não há diferença de reajuste para aqueles que ganham até oito salários-mínimos entre os dois decretos (os dois estabelecem que o reajuste será de 100% do INPC até três salários-mínimos e de 80% de três a sete mínimos). As diferenças salariais entre os dois decretos ocorrem para aqueles que ganham acima de oito mínimos, já que o decreto-lei 2.065 incorpora o chamado "efeito cascata" (sistema em que os reajustes são aplicados por faixas). Assim, quem ganha de sete a quinze mínimos será reajustado em 60% do INPC; os que ganham acima de quinze mínimos serão reajustados em 50% do INPC.

Com relação ao decreto-lei 2.065, o novo decreto altera o reajuste de aluguéis para fins residenciais (eles serão de 80% do INPC até julho de 1985), altera o sistema de pagamento dos mutuários do BNH e mantém as mesmas medidas fiscais do decreto anterior.

O grupo dissidente do PDS o engoliu em seco, o PTB aderiu e o PMDB cinicamente acabou se comprometendo de fato com a aprovação do decreto. A luta contra o arrocho está agora nas mãos do movimento sindical.

No fundamental, o decreto-lei 2.065 é inaceitável. Introduce um forte arrocho salarial, que vai afetar principalmente os assalariados que recebem mais de três salários mínimos. E, praticamente, deixa de lado os lucros dos setores capitalistas, tendo além disso fortes consequências recessivas.

É, de fato, muito pior do que o próprio decreto-lei 2.024 que foi rejeitado pelo Congresso. Mas o 2.065 garantirá à ditadura um novo folego, embora passageiro, nas suas negociações com o FMI.

Recuos

A explicação de porque o Congresso

aprovou por maioria um decreto pior sob todos os aspectos do que um outro que já havia rejeitado tem de ser procurada na conjuntura política do país. A decretação do Estado de Emergência em Brasília teve o efeito de pressionar os partidos de oposição burguesa, no sentido de não criarem um impasse; o enfraquecimento da pressão do movimento sindical deixou os partidos das oposições burguesas com as mãos mais livres para negociar.

Já no dia 26, após um processo complicado e custoso de negociação entre os vários ministérios, o governo chegou à proposta do 2.065. A nova proposta contava já com o apoio dos dissidentes do PDS, o grupo

Participação, cujos votos tinham sido decisivos para a rejeição do decreto-lei 2.024 e do 2.045. No dia 27, o PDS fechava questão.

Seguiram-se as negociações e o acordo com o PTB. Dos treze deputados federais do partido, nove deles seguiram à posição de Ivete Vargas de apoiar o governo. O PTB quer cargos e, em troca deles, fornece a maioria para o governo no Congresso.

A grande traição, maqueada por uma boa dose de cinismo, ficou por conta do PMDB. Nos dias que se seguiram à edição do 2.065, o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre, já anunciava que não via condições do partido fechar questão pela rejeição do decreto. Como se sabe, pelo fechamento de questão os deputados membros do partido ficam obrigados a votar de acordo com as diretivas partidárias sob o risco de ter seus mandatos perdidos.

No dia 1º de novembro, a Executiva do PMDB reuniu-se para fechar questão. Mas para inglês ver já que marcou a reunião do Diretório Nacional do partido, a instância que tem juridicamente poderes para decidir o fechamento da questão, para o dia 10 de novembro, após a data prevista para a votação do decreto-lei 2.065! Isto é, na verdade, o fechamento de questão do PMDB não passou de uma forma de esconder de seus eleitores o seu compromisso de fato com a aprovação do decreto.

Editorial

O 2.065 e a atualidade da frente única

1 Nos dias 5 e 6 de novembro, foi fundado, na Praia Grande, o Conselho Nacional da Classe Trabalhadora, aprofundando a divisão orgânica do movimento sindical. Dois dias após, foi aprovado no Congresso Nacional o decreto-lei 2.065, uma importante vitória da burguesia e da ditadura na imposição de sua política de jogar sobre a classe trabalhadora os custos da crise econômica.

Os dois eventos têm uma relação profunda. No meio do ano, após a experiência vitoriosa do ensaio da greve geral do dia 21 de julho, os trabalhadores abriram um novo período de suas lutas, descortinavam as possibilidades do rompimento dos impasses que vinham imobilizando o movimento desde a heróica greve de 40 dias do ABC em 1980. Dizíamos, então, que a consolidação do movimento exigia a realização de um Conclat representativo, que fundasse a Central Única e organizasse uma nova greve geral mais nacional, mais ativa, mais politizada.

No momento seguinte, a realização de um Conclat unitário foi golpeada com as manobras dos setores pelegos e reformistas. A realização do I Conclat em agosto refletiu, neste contexto, a necessidade

inadiável de centralizar a luta pela derrubada do decreto-lei 2.045, criando a CUT e marcando a greve geral.

Os esforços seguintes de mobilizar a classe trabalhadora mostraram, no entanto, com toda força o efeito negativo da divisão provocada pelos pelegos e reformistas. As manifestações do dia 30 de setembro, convocada pelos setores que organizaram o Conclat da Baixada, foram em geral inexpressivas. Criou-se por outro lado, um quadro difícil de preparação da greve geral marcada pela CUT para o dia 25 de outubro.

Apesar de todas as debilidades, o posicionamento do conjunto do movimento sindical contrário à aprovação do decreto-lei 2.045 e a mobilização para a greve geral dirigida pela CUT criaram um clima de pressão para que os parlamentares — alguns realmente comprometidos com os trabalhadores, outros apenas com seus currais eleitorais — rejeitassem o decreto.

A suspensão da greve geral do dia 25, decisão que se impôs ante a debilidade da sua preparação, provocou, como não podia deixar de ser, um desgaste para a CUT. A divisão do movimento sindical acabou por debilitar mais ainda a resistência ao 2.065, possibilitando

um acordo sobre a sua aprovação.

2 A avaliação do Conclat da Baixada evidencia três elementos fundamentais. Em primeiro lugar, a sua representatividade respaldada pelo fato de reunir 125 entidades sindicais tem de ser qualificada. Como indicamos, ela é construída sobre uma aliança de um setor ministerialista (Magri), um setor peemedebista (José Francisco, da Contag) e um setor pelego modernizado, em aliança com o PCB (Joaquinzão). Nenhuma destas forças têm estado à frente das principais mobilizações de trabalhadores e, em geral, têm sido um freio a elas. O Conclat da Baixada constrói, portanto, sua representatividade sobre os setores mais atrasados do movimento sindical.

Em segundo lugar, o Conclat da Praia Grande aponta um rumo para a construção da central que se apoia inaceitavelmente sobre a estrutura sindical conservadora, representada em geral pelas federações e confederações. Isto é evidente: a democracia operária está sempre ligada aos movimentos da classe operária, às suas experiências de luta mais avançadas. O conservadorismo orgânico do Conclat Baixada está, assim, liga-

do intimamente ao fato de representar os setores mais atrasados do movimento sindical. Estes setores se apoiam no aparelho da estrutura sindical atrelada, como uma muleta, como forma de contrabalançar a sua escassa representatividade nas lutas da classe operária.

Em terceiro lugar, o Conclat Baixada aposta em uma estratégia de luta que subordina o movimento sindical à hegemonia das oposições burguesas, mais precisamente o PMDB. O papel dos trabalhadores é pressionar o parlamento, ser um participante na negociação da transição da ditadura. É um outro fato que não surpreende: a esmagadora maioria das forças que participaram do Conclat da Praia Grande são filiados, no plano institucional, ao PMDB.

3 Também não é surpreendente que os setores mais "duros" no Conclat Baixada, favoráveis à consolidação da divisão, fossem exatamente aqueles que têm uma política mais conciliadora com a ditadura. A divisão enfraquece o movimento operário, confunde as massas, dificulta a luta inadiável pela derrubada do decreto-lei 2.065. E, por isso, facilita uma estratégia de conciliação com a ditadura.

O momento atual pede, assim, a conjugação de duas tarefas no movimento sindical. A CUT, fundada em São Bernardo, representa o que há de mais avançado no movimento operário em sua luta pela independência de classe frente aos patrões e ao Estado. É preciso acelerar a sua construção, aprofundar sua democracia interna e seu enraizamento nos locais de trabalho. E ter uma política agressiva de filiação dos sindicatos à central.

Em segundo lugar, a CUT deve se destacar na luta pela unidade no movimento sindical. A unidade é uma aspiração da classe trabalhadora, ela precisa dela como uma arma para enfrentar os patrões. E a luta pela unidade só pode ser travada consequentemente pelo método da frente única: a CUT deve se dirigir à direção e às bases sindicais que participaram da fundação do Conclat propondo-lhe publicamente um calendário de lutas contra o arrocho, contra a recessão e o desemprego, contra a ditadura. A unidade na ação, a pressão para luta unitária serão passos para estabelecer a unidade orgânica no movimento sindical em uma mesma Central e dificultar as manobras dos que apostam na eternização da sua divisão.

O Brasil é um mar de revoltas

Está na cabeça de todos nós o levante dos desempregados de Santo Amaro em abril, a onda de saques a supermercados que tomou conta do Rio em agosto e, logo em seguida, de São Paulo. Mas a guerra civil não declarada é muito mais ampla e disseminada.

Confrontos sempre houve, os motivos nunca deixaram de existir. Mas o estopim da paciência popular diminui à medida que aumenta a crise e, com ela, a opressão. Em São Paulo nos últimos dias de outubro, duas estações de trens foram depredadas por multidões de milhares de pessoas que entraram em choque direto e aberto com a polícia.

A primeira depredação ocorreu no dia último dia 24 na estação de Ermelino Matarazzo, na zona leste da cidade de São Paulo. Durante duas horas uma multidão de cinco mil pessoas reduziram a pó três composições da Rede Ferroviária Federal. A Polícia Militar, chamada para reprimir, teve uma viatura incendiada e outras duas amassadas a pedradas.

No dia 28, seis mil pessoas, revoltadas com o atraso dos trens, destruíram em menos de 40 minutos a estação do Jaraguá e duas composições com doze vagões e três veículos. Com a chegada da Polícia Militar, a guerra começou: cassetetes e bombas de gás lacrimogênio contra pedras. "Isso é só o começo", alertava um jovem negro apontando para um trem em chamas. "Não dá mais para aguentar. Tem gente que já perdeu o emprego por causa dos atrasos. Era bom que o Figueiredo viesse aqui para ver de perto a situação da gente".

De acordo com um estudo de Edison Nunes, publicado na revista **Cidade, Povo e Poder** (CEDEC, Paz e Terra n.º 5), a vaga de quebra-quebras de trens e ônibus, no Rio e em São Paulo, tem o seu início em 1974, experimenta dois anos de pouca intensidade, voltando a crescer continuamente a partir de 1979.

Na madrugada, jatos d'água e tiros contra as mulheres

No último dia 20, durante quase cinco horas a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro enfrentaram uma multidão de 500 pessoas, obstinadas em ocupar 105 casas de um novo conjunto habitacional do município. Quatro dias antes, já havia ocorrido a ocupação de 285 casas de um outro conjunto. Após várias horas de enfrentamento, a multidão, a maioria formada por desempregados, prometeu voltar à carga.

A retomada de um terreno, no dia 10 de setembro deste ano, no bairro Jardim Maia, em São Miguel Paulista (São Paulo), quase acabou em um confronto entre os ocupantes e a PM com consequências imprevisíveis. Revoltados com a destruição de casas já construídas no terreno, mais de 600 pessoas se rebelaram contra a tropa da PM, atirando sobre ela pedras, tijolos, blocos de concreto e pedaços de madeira. A ofensiva dos populares obrigou a polícia a um recuo até a chegada de reforços militares.

A ocupação de terrenos vem se avolumando à medida da crise do BNH do aumento do desemprego, do aumento dos preços de aluguéis. Pode-se dizer que vêm ocorrendo sistematicamente em todos os cantos do país. Ficaram famosos os casos da ocupação do conjunto



Milhares de pessoas na estação: a hora de quebrar

Centreville (em Santo André, São Paulo), do conjunto Lagamar (em Fortaleza), do conjunto Maguari em Belém do Pará).

Pedras contra lock-out e conto do vigário

Em março deste ano, em São Paulo, uma estrondosa guerra popular contra um lock-out (greve patronal). Para obter da prefeitura um aumento dos preços das passagens, a empresa Bola Branca reduziu, como forma de pressão, a frota de veículos em circulação. Não deu outra: em poucas horas, a população do bairro Parque São Paulo depredou e queimou 27 veículos. Os patrões jogaram a segurança da empresa, armada de revólveres, contra a população. Os moradores revidaram aos tiros com pedradas, obrigando os homens da segurança da empresa a fugirem, sob o risco de serem linchados.

Em São João del Rei, terra natal do governador Tancredino Neves, dois mil desempregados descarregaram a sua fúria contra o conto do vigário da empresa Baú da Felicidade, do grupo Silvio Santos. A empresa havia anunciado na rádio da cidade empregos para rapazes e moças maiores de dezoito anos, com carteira assinada, bom salário e uma série de vantagens. Ao se darem conta de que o prometido não era verdade, os desempregados destruíram uma Kombi do Baú da Felicidade e quebraram os vidros da rádio que haviam anunciado as oportunidades de emprego.

No Brooklin, em São Paulo, quarenta operários quebraram por inteiro as instalações da empresa Afoncar, Pinturas e Revestimentos Ltda. Trazidos do Rio de Janeiro, os operários ficaram ao relento com suas famílias e já estavam com os salários atrasados há três meses.

A opção de declarar guerra aberta aos patrões, agredindo diretamente o seu patrimônio, tem crescido agora na época

da crise. É uma consequência direta da debilidade e da falta de enraizamento do movimento sindical brasileiro que ainda não conseguiu, por exemplo, ter uma proposta clara de organização das fileiras crescentes dos desempregados.

Picaretas para um governo de participação

No dia 8 de novembro, um tipo de ação direta comum em bairros periféricos de São Paulo. Cerca de vinte moradores, com picaretas à mão, cavaram valetas na estrada de Itapeverica com o objetivo de obrigar os carros a diminuir a sua velocidade. Uma reação à indiferença do governo municipal diante das reiteradas queixas de moradores e o atropelamento de crianças. "Quer dizer que é isso o governo de participação de Montoro? Ele lá não fazendo nada e o povo participando com picaretas? As coisas mudaram tanto que o povo é obrigado a tomar atitudes arbitrárias, embora justas, para conseguir seus direitos", afirmou na oportunidade um dos moradores.

No Rio, na madrugada, um pequeno grupo de pessoas invadiu as instalações da Companhia de Águas e Esgotos de Cabo Frio, danificando todos os móveis e derramando sobre eles tinta armazenada para uma reforma no prédio. No caso, a ação tinha como objetivo protestar contra a precariedade do abastecimento de água na cidade.

Aqui, nos dois casos, o processo usual de reivindicação ao governo é atropelado por ações diretas, pela crescente impaciência diante da ineficiência, corrupção e desprezo com que os serviços públicos são administrados.

Posseiros reagem com machadadas

No dia 28 de outubro, foi assassinado o décimo terceiro posseiro baiano. Há na

Bahia um sindicato do crime, formado de pistoleiros e gente ligada à polícia, que promove permanentemente destruição de roças, invasões de casas, espancamentos, prisões ilegais, torturas e assassinatos de trabalhadores.

Desta vez, no entanto, o assassinato de José Pereira, o posseiro de 58 anos, não ficou impune. Revoltados, os lavradores promoveram um linchamento minutos depois do crime, matando o grileiro "Zé Capa Curta" a golpes de machado e cacetes.

Também em Goiás, nos últimos um novo crime. O posseiro João José de Carvalho, pai de 14 filhos, foi friamente assassinado com cinco tiros a mando de um fazendeiro. E a guerra no campo continua...

O assalto ao trem carregador

No Rio de Janeiro, no último dia 6 de outubro, uma cena insólita. Um trem que saía de Barra do Pirai com destino ao terminal marítimo de Gamboa, transportando 60 toneladas de produção agrícola foi saqueado quando estacionou próximo a um sinal da estação Vieira Fazenda. Um contingente de trinta saqueadores, armados de pés-de-cabra, picaretas arrombaram as portas de aço da composição, fugindo antes da polícia chegar.

Neste mesmo dia, em Diadema, 50 mulheres e crianças invadiram o supermercado Jácia, no Jardim das Nações, carregando com elas pacotes de macarrão, arroz e biscoitos.

Os saques de alimentos, até então um tipo de ação associado aos flagelados nordestinos, incorporou-se de vez ao cotidiano urbano. Revelando uma diversidade de táticas muito grande, agindo em grandes massas ou pequenos grupos com comando, os saqueadores têm acrescentado à experiência da luta popular novas cores.

Quando o coração bate mais forte

A crise empurra as pessoas aos sentimentos mais fortes, aos atos mais ousados. A angústia, o ódio, a desesperança, a consciência, tudo ganha as cores carregadas da paixão mais violenta.

No dia 20 de setembro, um homem foi visto percorrendo as ruas de Feira de Santana, oferecendo a menor de seus sete filhos para quem quizesse. Desempregado há três meses, o comerciante Edson Santos Farias tem sustentado seus outros filhos com esmolas. Mas a sua menina mais nova tem apenas três meses de idade e corre o risco de morrer por inanição.

Mais dramática, perto do limite do absurdo, é a situação de Paulina Pereira Bernardo, de 17 anos, uma das inscritas na frente de trabalho no povoado de Jacu, em Feira de Santana. Paulina é cega e trabalha carregando cestos de terra na cabeça, guiada pela mãe. As vezes com farinha com água apenas uma vez por dia e, muito raramente, um pedaço de carne seca e de rapadura. Trabalham na limpeza e escavação de uma "aguada" sem qualquer equipamento apropriado. Tudo é improvisado pelos trabalhadores, desde os cavadores e enxadas até os cestos e baldes.

O círculo de fogo do escorpião

"O fim do mundo está aí. Pessoas se matando por necessidade. Por não ter o direito de viver. Já cansei de viver. Prefiro morrer. Até as vizinhas aqui a meu lado nunca perguntaram se eu precisava de um pouco de leite para minha filha. Pode ser que agora elas venham perguntar se eu preciso de velas". As frases estão no bilhete deixado por Maria de Lourdes Silva Ferreira, de 20 anos, moradora do Parque Maria Helena, em Suzano, São Paulo, após matar sua filha com um tiro na cabeça e, em seguida, tentar o suicídio no dia 8 de novembro. O marido de Maria de Lourdes trabalha

no norte do país, em São Luís do Maranhão.

Dias antes, a cidade de São Paulo foi abalada pelo suicídio do carpinteiro José Andreza de Souza, após matar os seus quatro filhos. Viúvo de 34 anos, José estava desempregado há vários meses, vivendo de bicos. O bilhete deixado pelo carpinteiro dizia: "O curpado é meu pai. Vou fazer o que ele devia ter feito comigo e assim evitado essa tragédia. Desculpem."

Do agreste para a prisão

Francisco Ferreira Lopes, de 56 anos, foi preso no dia 11 de setembro quando participava de um saque no Rio de Janeiro. A sua trajetória é reveladora: há dois meses fugiu da seca no agreste pernambucano e se dirigiu para o Rio, junto com sua mulher e



cinco filhos. A partir daí, passou a morar em uma favela e viver de biscates. Cabisbaixo, esfomeado, o agricultor foi autuado em flagrante na Delegacia de Investigações Especiais.

Um outro saqueador autuado em flagrante e preso, desta vez em São Paulo, é o pedreiro Obsen Paixão, também desempregado há vários meses. Obsen tem uma companheira grávida de quatro meses e resistiu à prisão, recebendo vários ferimentos na cabeça.

De unhas e dentes

Em Bangu, no Rio de Janeiro, a fúria de uma saqueadora. À noite, uma multidão invadiu um aviário, roubando galinhas e ovos. Com a chegada da polícia, os saqueadores começaram a atirar os ovos sobre os soldados.

Um dos saqueadores, uma moça,

recebe ordem violenta de um soldado para se afastar da área. A moça não aceita e xinga o soldado. Este agarra-a pelo braço. Ela reage, atraca-se com o PM, aperta a sua garganta. O PM recupera-se, agarra a moça com violência. Em socorro da saqueadora, vem a sua mãe, batendo no PM com um guarda-chuva. Chegam vários soldados e, juntos, arrastam as duas mulheres para um camburão e dali para a 34.ª Delegacia.

A consciência despertada

Durante a depredação dos trens na estação de Jaraguá, um diálogo no calor da batalha entre um popular e um repórter:

popular — A linha ferroviária não tem nada com isso. A culpa é do governo, que não anda de trem...

repórter — Qual governo?

popular — O governo do Montoro, é claro, que não faz nada pela gente. Eu votei no Montoro, foi o maior erro meu. Eu vi na televisão porque eu vejo o *Jornal Nacional*, ele dizer: "podem quebrar os trens, porque não vou colocar outros". Claro, ele não anda de trem para ver como é...

repórter — Mas a responsabilidade pelo serviço destes trens de subúrbio é da Rede Ferroviária Federal, quer dizer, do governo federal...

popular — O problema é dele, sim, porque votamos nele para governador para defender a gente. Eu é que não posso fazer nada, não sou ouvido. Ele tem força para falar com os bons de boca e tomar uma providência.

outro popular — Se a linha não pertence a ele, então que vá falar com um mais alto que ele, que vai falar com outro mais alto, até tomar uma providência.

Politizar a revolta

Estas manifestações de revolta são a expressão direta, a reação primeira e espontânea da massa a toda a opressão e brutalidade da sociedade capitalista. São as manifestações mais puras da luta de classes, a evidência maior de que esta não é fruto da imaginação de ninguém mas nasce do próprio chão da sociedade. E são mais importantes ainda em uma sociedade de capitalismo periférico de enormes massas urbanas e despossuídas, como é o caso do Brasil.

Os inúmeros casos e situações descritas acima revelam a força de transformação, o sentido liberador que está contido nelas. Seria ingênuo, no entanto, depositar nestas manifestações um conteúdo automaticamente revolucionário ou de sentido socialista. Porque são expressão direta da ação e consciência das massas, há nelas também todos os limites e deturpações que as classes trabalhadoras e populares reproduzem da opressão e brutalização da sociedade.

Da mesma forma que pode-se ressaltar os exemplos acima, opondo oprimidos e opressores, explorados e exploradores, outros exemplos de situações poderiam ser dados opondo setores contra setores do povo oprimido. Há muitos casos de moradores de periferia, com títulos de propriedade, que entram em luta aberta contra ocupantes de uma área pública do bairro inicialmente destinada a ser uma área de lazer. Há exemplos de linchamento, de justicamentos que só reproduzem a brutalidade do opressor. Houve este ano um caso limite em que usuários do INAMPS tentaram depredar um posto de saúde, revoltados com a greve do funcionalismo federal por melhores salários. Os saques muitas vezes opuseram de maneira violenta pequenos comerciantes da periferia e trabalhadores famintos, dois setores potencialmente aliados em um processo revolucionário.

É lógico que a burguesia, as classes dominantes se aproveitam disso, destas contradições, para trazer o apoio das classes médias à medidas de repressão, de fortalecimento do aparelho repressivo, para isolar a luta do movimento operário. O exemplo maior é certamente o fascismo ou o nazismo, que organizam a pequena-burguesia e até mesmo setores do proletariado contra o próprio movimento operário. Essa possibilidade está sempre colocada em momentos de forte crise social, principalmente quando o movimento operário não consegue apresentar uma saída clara para o desespero que vai tomando conta de largos setores da sociedade.

Concentrar a revolta

Assim, diante destas manifestações de revolta espontânea, é preciso dizer: elas são legítimas porque são a manifestação da raiva do oprimido contra o opressor; elas são saudáveis como aprendizado da luta contra a propriedade, a polícia, os patrões. Mas é preciso acrescentar: elas são politicamente limitadas porque suas energias podem ser dispersadas, reprimidas ou mesmo desviadas.

Para que elas tenham um sentido revolucionário "é preciso recolher e concentrar todas as gotas e pequenos riachos da efervescência popular, que escorrem da vida em quantidade infinitamente maior do que imaginamos ou acreditamos, mas que temos de reunir em uma só torrente gigantesca", como afirmou Lenin em *Que Fazer*, em 1903.

Esta é a tarefa maior do partido revolucionário e só pode ser realizada pelo esforço cotidiano de dirigir estas revoltas para a luta política contra a máquina de opressão, o Estado. Isto por sua vez só pode ser conseguido através do avanço do movimento operário, liderando as lutas, apresentando-se como referência para o conjunto do movimento popular.



Pré-Convenção Gaúcha

"PT-83" lança proposta final

Está confirmada para o próximo dia 27 de novembro a realização da Pré-Convenção Regional do PT/RS.

No último sábado de outubro, dia 29, a articulação "PT-83: Um passo adiante" realizou uma reunião no Plenarinho da Assembleia Legislativa que contou com a participação de uma centena de militantes de praticamente todos os municípios da Grande Porto Alegre e de vários municípios do interior do Estado.

Nesta reunião foi aprovado um texto com propostas de resoluções políticas a serem submetidas ao plenário da Pré-Convenção Regional. Aqui, o texto lançado.

Nos dias 15, 16 de outubro reuniu-se em SP o DN do PT. Um dos pontos principais da pauta foi o ante-projeto de Resolução Política sobre a conjuntura e as tarefas do Partido, elaborado por uma comissão da Executiva Nacional.

O texto, após muita discussão, supressões, emendas e adendos foi aprovado pelo DN para orientar a ação partidária nesta conjuntura e o debate preparatório da Pré-Convenção Nacional.

Na avaliação da conjuntura e na definição dos problemas principais a serem enfrentados pelo Partido, há grandes semelhanças com a visão expressa no documento "PT-83 — Um Passo Adiante". Neste sentido, propomos para esta Pré-Convenção regional as seguintes resoluções que ratificam algumas avaliações conjunturais e avançam propostas mais definidas para o projeto alternativo do PT, visando a pré-convenção nacional:

1) Que a análise de conjuntura do DN seja aprovada por esta Pré-Convenção, por apresentar uma avaliação no geral correta, onde a ênfase é dada nos seguintes aspectos:

a) A característica central do período é o caráter global da crise do regime e o ritmo acelerado desse processo;

b) A luta de resistência ativa dos movimentos populares e sindicais já não é o suficiente — ainda que deva continuar sendo assumida pelo Partido — para responder a gravidade da crise. Isto coloca para o PT a necessidade de responder a questão do regime, do poder político neste momento e na atual relação de forças na sociedade;

c) Os projetos existentes dos vários segmentos das classes dominantes — a institucionalização do regime e a tendência a conciliação demonstrada pela oposição liberal ou pela oposição populista — não interessam

aos trabalhadores. Há necessidade, portanto, de um projeto alternativo capaz de representar e exprimir o interesse das classes trabalhadoras e da maioria da população;

d) O projeto alternativo do PT deve ser concebido como um projeto de ruptura popular institucional com o regime vigente, que garanta a independência política dos trabalhadores e não os subordinem a alianças com as classes dominantes;

e) O PT deve desenvolver as lutas reivindicatórias e de resistência dos trabalhadores e do povo (já expressas em documentos do PT) procurando avançar nas formas de organização independentes (conselhos, sindicatos independentes do Estado e fortalecimento em todos os níveis da CUT) e no enfrentamento político ao regime militar através da luta por eleições livres e diretas para Presidente em 1984.

2) Para completar essa avaliação da conjuntura e as tarefas que ela coloca propomos que a Pré-Convenção Regional também aprove as seguintes resoluções que complementam e avançam em relação ao documento do DN:

a) O PT deve assumir, explicitamente, do ponto de vista da educação e da propaganda políticas, que nossa luta estratégica é por um governo dos trabalhadores e que com a superação do regime militar não deva nosso Partido assumir governo de "unidade popular" ou governos "democráticos populares" junto com setores das classes dominantes ou aceitar participação ministerial em governos semelhantes. O PT deve organizar os

explorados e lutar por um governo dos trabalhadores, sem assumir compromisso que o subordinem a setores burgueses oposicionistas;

b) Nesta conjuntura, a resposta concreta, imediata, que o PT deve ter em relação ao regime é a luta por sua renúncia ou queda por

pressão popular e a convocação de uma Assembleia Constituinte livre e soberana, sem LSN e com plena liberdade de organização partidária, na qual disputaremos a maior ampliação possível do espaço e das conquistas democráticas que interessam aos trabalhadores e pela ruptura da atual subordinação ao FMI e ao monopolismo imperialista. A AC é a forma de darmos sentido global e continuidade na luta por eleições diretas antecipadas em 1984 para Presidente, pois ela engloba o conjunto da reivindicações políticas contra o regime;

c) Nesse processo, o PT deve assumir a iniciativa e ser um dos articuladores de um bloco operário-popular que aglutine todas as forças que estão integradas na luta dos trabalhadores (sindicalismo combativo da cidade e do campo, movimentos comunitários e de vilas, setores da Igreja comprometidos com a luta popular) e das forças políticas organizadas que, além do engajamento, se reivindicam do socialismo (partidos ainda na ilegalidade, setores de esquerda do PMDB e do PDT). O princípio que norteia a proposta é o da frente única proletária cuja essência é a ação unitária dos setores explorados e oprimidos em cima de lutas concretas que interessam aos trabalhadores. Significa unir os trabalhadores,

sem pretender eliminar divergências ideológicas ou de estratégia, para a luta comum contra os exploradores. Significa educar os explorados na ação unitária e conjunta contra a classe dominante, em cujo processo as próprias divergências vão sendo testadas pelo crivo da prática.

O bloco não privilegia os acordos parlamentares entre os partidos nem acordos de cúpula de suas direções, muito menos exige dos participantes a diluição de suas organizações e programas em nova frente orgânica. A proposta encaminha, em primeiro lugar, a ação conjunta dos explorados na base e nas frentes de massa, em cima de uma plataforma básica de lutas que o desdobramento da conjuntura vai exigindo.

d) O PT deve, também, assumir como bandeira prioritária, simultânea à luta contra o regime, a luta anti-imperialista. A submissão ao FMI, e exploração desenfreada do capital financeiro-monopolista no país e a reacionária ofensiva que os EUA desenvolvem na América Central deve ter uma resposta sistemática e ofensiva contra o imperialismo em todas as formas que assume sua dominação no país. Neste momento, a ruptura com o FMI através de uma moratória unilateral e o enfrentamento a política de Reagan na América Latina são questões prioritárias.

e) A conjuntura evidencia cada vez mais a necessidade e a correção do projeto político do PT. Somos hoje o único partido legal de oposição verdadeira e as enquetes de opinião mostram que o PT cresce na preferência e na simpatia da população. Nada mais necessário do que reforçar nosso Partido, construí-lo política e organicamente. Nesse sentido, é que defendemos um PT não como frente ou expressão dos movimentos autônomos, mas um PT mesmo, dirigente e de combate do movimento operário-popular. Para isso, o PT precisa ter unidade na ação, precisa definir orientações para cada movimento social e frente de trabalho, deliberando internamente com a maior democracia possível e aplicando de forma unitária e coesa as decisões externamente.

Por isso, defendemos que o problema do PT não são as tendências nem a garantia regimental de representação das várias correntes, proporcionalmente, em todas as instâncias de direção partidária. O problema é a postura refratária de setores que não se submetem a democracia interna do Partido."

Convenção Municipal

Em sua última reunião, a Comissão Executiva Regional, decidiu convocar para o próximo dia 26 de novembro, a 1ª Convenção Municipal do PT de Porto Alegre, com delegados eleitos nas Pré-Convenções Zonais e nos Núcleos do partido, conforme proposta aprovada em cinco das seis zonais, para discutir e votar um plano de ação política e constituir um Diretório Municipal para a Capital.

Pela proposta majoritária este Diretório

será integrado pelos seis Presidentes das Zonais, por um representante de cada núcleo de categoria profissional e por 20 membros eleitos na Convenção Municipal, e ainda pelo líder do PT na Câmara de Vereadores.

Será também eleita uma Comissão Executiva do Diretório que comporá várias secretarias: Organização, Finanças, Estudantil, Sindical, Movimentos Comunitários, Nucleação etc.

Aparte:



Prezados companheiros editores do jornal EM TEMPO:

Sobre a matéria por vocês publicada no EM TEMPO nº 180 (páginas 6 e 7) gostaria de retificar algumas incorreções e interpretações do companheiro Flávio Andrade sobre a última reunião do Diretório Nacional do PT.

Em primeiro lugar cabe retificar o trecho da página 6 onde está escrito que "No final, por votação: fica a fórmula de Ditadura Militar, numa tentativa de transição para uma democracia autoritária conservadora".

Não foi aprovada esta fórmula! Na reunião, discutia-se, sim, se o chamado "Projeto Figueiredo" era de transição ou de institucionalização da Ditadura Militar. E foi aprovado, por maioria de votos, que se trata de um projeto de institucionalização do regime.

Um outro ponto se refere a interpretação do autor da matéria, segundo a qual eu, entre outros companheiros, insistíamos "que a questão do poder não estava na ordem do dia, que o eixo de ação do partido deveria se bastar com a prioridade nas lutas populares, ressaltando assim a importância e a suficiência (grifo meu) das lutas de resistência".

Ora, que o companheiro Flávio Andrade queira classificar a posição por mim defendida de "centrista no espectro partidário" é explicável, uma vez que, do seu ponto de vista, parece estar ficando cada vez mais natural colocar no "centro" todas as posições de esquerda diferentes da sua.

Mas o que o companheiro não pode (e não deve) fazer, é modificar as posições! Jamais defendi em nenhuma reunião do PT, que a ação do partido deve se bastar com a prioridade nas lutas populares e que as lutas de resistência são suficientes. Pelo que ouvi das intervenções dos outros dois

companheiros citados na matéria, na última reunião do Diretório Nacional, esta também não parece ser as suas posições.

O que afirmei é que, para o PT, o campo principal de acumulação de forças é o campo da luta popular e não o campo institucional. Que, avançando no seu projeto de ruptura com o regime militar, o PT deve contribuir para deslocar o eixo do conflito do plano institucional para o plano da luta social. E que esse é, exatamente, o seu papel de dirigente político das massas trabalhadoras na atual conjuntura.

Finalmente, que a questão do poder — embora colocada para a discussão do Partido (e com atraso) — não está, neste momento, colocada para as massas. E que não será colocada esta questão para as massas através da simples propaganda dessa ou daquela fórmula de governo.

Augusto Cesar Antunes de Franco (Membro do Diretório Nacional do PT e da Executiva Regional do partido em Goiás)

Nota da Redação:

Companheiro Augusto:

A propósito de sua carta acima, é com fraternal satisfação que a divulgamos e, ao mesmo tempo, repicamos dois esclarecimentos:

1) Na questão da ditadura militar o que a matéria se refere é a polémica travada em torno do uso ou não desta expressão (Ditadura Militar) para designar o regime atual onde, por votação, terminou adotando-se esta fórmula para a caracterização. Outra discussão é aquela a que você se refere, sobre os projetos em disputa, entre eles o "Projeto Figueiredo". Sobre isso, no entanto, a matéria passa ao largo.

2) Na questão do poder, havia basicamente três posições: aqueles que defendiam um governo de coligação de classes, aqueles que defendiam um governo independente, dos trabalhadores, e aqueles que julgavam que o problema do poder não estava colocado neste nível para a formulação de uma alternativa política imediata. Sem nenhuma adjetivação sectária (mas

simplesmente relativizando as posições em debate e remetendo à designação clássica para este debate) é que usamos os termos direita, esquerda e centro, respectivamente, para a classificação destas posições em confronto dentro do espectro partidário. E no que diz respeito à questão do poder (que é o que a matéria trata) sua carta confirma exatamente uma posição de centro.

É claro que sua visão articula esta posição sobre o problema do poder com uma série de outras questões a seu ver muito mais importantes e consequentes. Mas a matéria tratava do posicionamento frente à questão do poder e não da visão particular e completa de cada uma das posições em debate. Sobre estes outros aspectos a que você se refere, omissos da matéria, o jornal está, como sempre esteve, aberto a suas contribuições à discussão, sem nenhuma presunção sectária de monopólio revolucionário das esquerdas.

Saudações Revolucionárias,
(Flávio Andrade)

Entrevista com Wladimir Palmeira, do PT do Rio:

"A angústia do esquerdismo brasileiro"

Entrevistamos o companheiro Wladimir com o propósito de alimentar o debate que começa a se travar no PT com vistas à pré-convenção nacional. Suas posições divergem da linha majoritária lançada atualmente pelo Diretório Nacional (ver ET 180). Mas por expressarem o pensamento de um setor que, no Rio, tem dado uma importante contribuição à construção do PT, nosso jornal a divulga mesmo não concordando com várias de suas conclusões.

A se destacar pelo menos a grande incoerência nas posições defendidas por Wladimir: o fato de situar o limite das lutas democráticas contra a ditadura, no atual momento, na luta por eleições diretas para presidente. Mesmo juntando esta luta a outras e acrescentando a propaganda agressiva do socialismo, o que é correto, a posição de Wladimir estaciona, no terreno da luta política, justamente naquela bandeira que, cada vez mais, largos setores burgueses abraçam, o que, evidentemente, poderá não ser muito mais que um arranjo entre frações das classes dominantes e novas ilusões geradas no meio dos trabalhadores. É isto o que chamamos de imobilismo político a partir de uma posição doutrinária.

— Como você avalia a conjuntura que o país está vivendo?

Wladimir — Nós aqui, no início do ano, fizemos uma chapa para concorrer ao Diretório do partido do Rio de Janeiro, e a nossa análise tem mostrado até agora uma certa validade. Nós, naquela época, e antes, achávamos primeiro que a conjuntura se caracterizava pela ofensiva da ditadura contra a classe trabalhadora. Ao contrário de muita gente da esquerda brasileira que sempre se vê em ofensiva, que sempre descobre a classe operária de vitória em vitória, como naqueles documentos de antigamente, onde em relação a questão internacional sempre se dizia "o socialismo avança no mundo", começava sempre assim. Dizíamos que esse ano de 1983 deveria se caracterizar por uma ampliação dos movimentos de massa, por uma retomada do movimento popular e por um agravamento das tensões sociais expressas em lutas populares mais acirradas. Isso se confirmou. Em segundo lugar, nós dizíamos que este quadro não devia esconder que a nossa luta era defensiva. E nossa luta continua defensiva, apesar de alguns momentos ganhar radicalidade, como agora como a greve geral, como na greve de Paulínia, de São Bernardo... Não descaracteriza de jeito algum que o momento é defensivo. Agora o auge da mobilização: é o que? É contra. Contra o que? Contra o 2045. E o que o 2045 faz é uma ofensiva da guerra econômica levantada pela burguesia contra a classe trabalhadora, pelo governo Figueiredo contra a classe trabalhadora. Essa ofensiva mostra bem que defendemos posições. Estamos defendendo elementos de uma política salarial que foi aprovada contra os votos dos partidos de oposição. Segundo, uma das questões-chaves da luta desse ano é a luta contra o desemprego, que é uma luta nitidamente defensiva. Agora há companheiros nossos que sempre nos cutucavam e nos puxavam pela manga esquerda, pelo braço esquerdo. Que diziam: "Mas atenção que a defensiva pode virar ofensiva". E é verdade, a defensiva pode se transformar em ofensiva, mas sempre que saibamos que estamos na defensiva. Se você não sabe que agora está na defensiva, não vai ter ofensiva jamais. Vai ter uma catástrofe, e um erro de avaliação de conjuntura. Hoje já se avistam mais algumas alterações. Um dos elementos inclusive é que a gente não passou a ofensiva, nós continuamos na defensiva, mas o governo começa a perder iniciativa política. Nós sabemos que o governo Figueiredo é a cada dia mais incapaz de articular os próprios interesses da oligarquia financeira que é hegemônica no país. Já não digo, sequer, que ele tenha condição de articular qualquer segmento do movimento de massas. Ele está fora de um eventual arco de alianças, estilo PMDB, que pudesse abarcar algum setor do movimento de massas. Então,

Para Wladimir, membro da Executiva do PT fluminense, a questão do poder não está na ordem do dia, a não ser como sempre esteve, ou seja, como questão de mera propaganda (ainda que muito importante). Querem encarar o problema do ponto de vista da ação política imediata, da agitação, é, segundo ele, um vício antigo, uma "angústia do esquerdismo brasileiro", sempre afoito e voluntarista a produzir avaliações artificiais sobre supostas ofensivas das classes trabalhadoras. Aqui, sua visão deste debate que começa a animar o partido.

Da sucursal



o governo começou a se perturbar. Impasse por incompetência, pela degeneração da situação geral do país. E hoje está perdendo a iniciativa. Essa iniciativa é disputada por diversas facções da burguesia, da pequena burguesia e dos trabalhadores. Um dos pontos essenciais de luta, por parte da classe trabalhadora, por essa iniciativa é, sem dúvida, a formação da CUT, contra aqueles que a queriam adiar, contra aqueles que não estavam compreendendo que nesse momento era importante fazer uma frente, a mais ampla possível, sindical, em defesa dos interesses dos trabalhadores. Feita de forma centralizada, em escala nacional, capaz de colocar uma linha de resistência organizada diante da ofensiva da ditadura militar. Então há uma grande disputa hoje pela iniciativa na conjuntura política. Ainda não se trata exatamente de substituir o governo, de derrubar o governo, mas nessa iniciativa se colocam em germe as diferentes soluções, de cada classe ou fração de classe para a solução da crise. Nós temos inclusive, em alguns partidos, mais de uma solução.

Esse quadro é difícil para o trabalhador brasileiro, mas há um lado promissor pois o trabalhador brasileiro vem se mobilizando, vem se organizando e pode com isso abrir um quadro mais interessante para viabilizar uma alternativa marcada pelo selo da classe operária.

— Como é que em relação à questão do poder você está vendo hoje a situação?

Wladimir — Eu queria resgatar uma coisa que quem é propagandista por essência não compreende, porque não separa prática política de propaganda. É que a questão do poder está sempre colocada. O nível da colocação da questão do poder é que muda quando ele sai do terreno da propaganda para o da ação política, do assalto ao poder. Então, veja bem, a meu ver não resta dúvida que hoje temos que mudar algo na nossa propaganda. Por exemplo, aqui no Rio estamos fazendo sempre, como tarefa de agitação, uma coisa que a esquerda em geral não está fazendo (e sobretudo a esquerda está no PMDB) ou seja, denunciando o capitalismo. O PT tem que mostrar que essa crise não é só incompetência do Delfim, nem é só escândalo financeiro, nem é só o erro do Figueiredo, nem é só a crítica do Bulhões. É uma crise do capitalismo em escala mundial. Esse é um momento privilegiado para você colocar isso. E, em segundo lugar, o PT tem um rumo. Tem uma definição de poder que é o poder dos traba-

lhadores. O PT quer a destruição do estado, quer um poder de qualidade nova, baseado na participação direta da classe trabalhadora. E hoje, nessa conjuntura, aumenta a intensidade de nossa propaganda em relação ao poder. Mas no Brasil a luta de classes não chegou a mostrar uma forma concreta, orgânica de alternativa ao poder. Então, enquanto isso não existe nós vamos ficar no terreno da propaganda. Muda a propaganda? Muda. Tem horas que a situação da burguesia é tão sólida que você diz: "um dia... os trabalhadores...". É hoje você tem um jogo diferente. Está chegando o momento que os trabalhadores vão mostrar que podem dirigir a sociedade de outra forma. Quer dizer muda a forma de sua colocação, muda o conteúdo de sua propaganda com respeito ao poder (além de você tratar sempre a questão do poder na negação desse poder). Agora, não adianta nada o que eu chamaria de a "angústia do esquerdismo brasileiro", inclusive do EM TEMPO. É uma angústia profunda de ver que alguns setores liberais colocam alternativa efetiva de poder e nós não. Angústia de que o Brasil não viva uma situação revolucionária. Ora, como são revolucionários subjetivos, querem colocar a questão do poder. Alguns por terem visto no manual, alguns por se considerarem leninistas; e Lênin disse que a questão do poder era a questão central mas "nêgo" não entende em toda a sua amplitude esta afirmação. E o resultado, qual é? O pessoal, nessa angústia, procura, como não tem crise revolucionária, algo melhor que as alternativas que as classes dominantes colocam. E, toscamente, terminam achando soluções intermediárias. Uns mais carregados de pudor, outros centram tudo nas eleições diretas para presidente. Outros, ainda, trazem uma visão tradicional de constituinte, com ou sem adjetivos e antecedentes. Tentam criar o que seriam alternativas intermediárias entre o poder dos trabalhadores (que é o que o nosso partido defende) e o atual governo, o atual poder. Qualquer solução deste tipo fica nos marcos do estado burguês, nos marcos do regime burguês. A constituinte hoje, é a legitimação da dominação burguesa. É uma transição controlada por cima. É uma política dirigida por uma fração da burguesia. E gozado, é que os companheiros do EM TEMPO, por exemplo, não defendem uma aliança com setores da burguesia. Mas, implicitamente, articulam uma aliança com setores da burguesia, levando com isso, a mesma política de outros que tanto criticam. A posição do PT

até hoje (e a minha em particular) é a de uma alternativa de poder dos trabalhadores. Hoje não passa do terreno da propaganda. No entanto, você tem um programa de lutas democráticas. Mas o que é que separa as nossas lutas democráticas de outras lutas democráticas quaisquer? É o conjunto de lutas democráticas consubstanciadas no programa do PT, que precisa ser corrigido de acordo com certas mudanças de conjuntura, mas que no seu conjunto é antagônico à dominação burguesa. E isso em política é a construção do socialismo. É construir políticas a partir de reivindicações democráticas que representem, do ponto de vista da luta de classes, um antagonismo à ordem burguesa.

— No documento de vocês há a defesa de eleições diretas.

Wladimir — Espera aí, estou falando de priorização. Eleição direta é uma reivindicação correta.

— E bastante reformista também...

Wladimir — Não. É democrática. É diferente. Mas você priorizar é uma coisa, colocar é outra. Eu não defendo toda reivindicação democrática. O direito de vender a força de trabalho é democrático também e eu sou contra. Não é toda reivindicação democrática que eu coloco em cada momento. Coloco aquelas que, nesse momento, expressam, junto de outras medidas, um certo antagonismo com a burguesia.

— Vamos partir do que é comum e pegar o que é divergente. É comum a defesa de que a alternativa de poder ao poder burguês é o poder operário. Outro aspecto é a concordância em combinar lutas econômicas e políticas no campo democrático e outras que vão além. O problema é que quando se vê a tática do PT hoje, a luta mais globalizante é a das eleições diretas, que é uma reivindicação extremamente acanhada e até diluidora. Para nós é preocupante globalizar a luta contra o regime nesta bandeira. Dai que se levanta a necessidade da Constituinte como forma de radicalizar as lutas democráticas, de desmontar todo o arcabouço legal e jurídico construído nestes vinte anos de ditadura. Se abririam assim condições melhores para implantar a alternativa de poder que nós lutamos.

Wladimir — A visão de centrar nas eleições diretas já foi criticada aqui anteriormente. É uma posição realmente sem desdobramento revolucionário. É uma posição dentro do projeto de transição do regime. Centrar isso, colocar como a grande questão... eu concordo com você. Mas a constituinte não é uma alternativa. Frequentemente o pessoal que defende a constituinte, e você mesmo agora falou, argumenta "porque vai melhorar...", "vai desmontar o regime de arbitrio". Não há nenhum dado político que autorize seu raciocínio. Há a experiência de 46, onde, inclusive, foi preservada, por exemplo a legislação trabalhista. Não há nada que diga que elegendo a constituinte vamos ter o direito de greve, autonomia sindical etc. Hoje o importante é lutar pelo conteúdo daquilo que algumas pessoas dizem que queriam ver estabelecido pela constituinte.

— Quais as lutas políticas que você prioriza?

Wladimir — A alternativa que eu tenho de luta política é contra a LSN ao nível do desmonte do aparelho repressivo, entendendo como uma luta que se centra na derrubada da ditadura militar. Aqui no Rio traduzimos de uma forma, a meu ver muito acessível, que é a demissão imediata do governo federal. A revogação da Legislação Trabalhista é importantíssima. São elementos da luta política sem esquecer a liberdade de organização política e sindical, onde a esquerda é tão tímida. Interessa a organização dos soldados, cabos e marinheiros. A reforma agrária é essencial. São lutas que encaram divergências antagônicas com o regime militar e são questões absolutamente democráticas, sem nenhuma que você possa rotular de propagandista. Todas estão em plena atualidade. Formam um conjunto, que como dizia, na conjuntura atual, é antagônico à ditadura militar bem como à dominação burguesa.

Conclat da Baixada Fundada a Central Sindical da Conciliação

Dois meses depois do Conclat de S. Bernardo do Campo, onde foi fundada a Central Única dos Trabalhadores, realizou-se nas colônias de férias dos sindicatos paulistas, na Praia Grande, o chamado Conclat Baixada. Reuniu sobretudo os chamados sindicalistas "independentes" vinculados ao PMDB, correntes políticas proibidas pela ditadura (PCB, PC do B, etc) e grande parte da burocracia sindical de tradições pelegas empurrada pela conjuntura e pela crise econômica. O Conclat da Baixada tirou bandeiras não muito distantes do congresso do ABC. Contudo, suas formas de organização e luta — e principalmente seu projeto político global, mostram claramente um programa quase-partidário, com nítida avaliações sobre o que os seus organizadores esperam da "transição democrática" do país.

O congresso, na verdade, já tinha muitas de suas resoluções preparadas antecipadamente pela Comissão Organizadora. As discussões e votações (quando houve) eram na verdade "simbólicas", como as da plenária final, que aprovou em bloco a "Carta de Princípios" e o Conselho Nacional da Classe Trabalhadora — Conclat — nome da central criada pelos "novembristas".

O significado dos dois congressos, para alguns dos sindicalistas era de que "ambos tinham que ser realizados; cada corrente constituiu seu bloco, suas propostas, agora a questão é chegar num acordo para uma reunificação". Apesar disso e dos constantes apelos à reunificação, por oradores e por claqueos do plenário, a resistência a essa política vinha forte, principalmente dos simpatizantes do *Hora do Povo*, do "partidão" (ala do Comitê Central) e outros "duros".

A discussão sobre a fundação ou não de uma central dividia a comissão organizadora e os cardeais do congresso. Frente à ausência de consenso, optou-se pela formação de algo híbrido e nebuloso, inclusive sem mecanismos de filiação a serem discutidos nas entidades.

As correntes e o projeto comum

A composição do conselho reflete o tripé que estava na base dos organizadores do congresso: forte presença da Contag, a ala dos sindicalistas ditos "independentes" capitaneados pelos metalúrgicos de S. Paulo e, por fim, uma ala dos trabalhadores em

Com a realização do Conclat-Baixada, fica provado que os motivos para rachar o movimento sindical em agosto estavam longe de se referir ao regimento interno.

Diante da retomada das lutas expressa na greve do dia 21 de julho, o Conclat, com todos os setores do movimento, seria um marco incontestável da afirmação de um programa de combate à crise e um avanço decisivo na construção de uma Central Única, independente do Estado.

Esse avanço da classe trabalhadora tinha que ser golpeado! O que observamos na Praia Grande foi a manifestação política dos setores pelego e reformistas do movimento sindical, com sua linha claramente assumida de colaboração de classes, expressa na proposta de um **Encontro pela Democracia e Soberania Nacional e na legitimação da estrutura sindical corporativa, atrelada ao estado, criando um organismo sindical dirigido pelas federações e confederações.**

estatais, sobretudo os urbanitários, onde desponta o peso dos eletricitários, capitaneados por Antonio Rogério Magni, clássico representante da ala mais direitista e "americanizada" do sindicalismo brasileiro. A metodologia para organizar o conselho de entidades reflete, em grande parte, a posição há muito defendida pelo PCB, embora seja muito discutível se se trata de uma vitória do velho partidão ou mais uma de suas "realistas" adaptações à estrutura sindical e a seus velhos burocratas.

As "teses" aprovadas sobre os temas principais e a "carta de princípios" assinada pelo congresso aparentemente não distam muito, daquilo que se aprovou em S. Bernardo. Contudo, as formas de luta e organização e, principalmente o projeto político global embutido neles — o de uma multipartidária do consenso nacional, veículo alternativo da "sociedade" ao regime militar — mostram grandes diferenças de concepção que, certamente, serão aprofundadas nas lutas conjuntas que as duas centrais deverão travar.

As teses da Baixada

A tese nº 1 — **Problemas nacionais e as alternativas dos trabalhadores** — formula uma verdadeira política econômica: reforma financeira, tributária e creditícia, dívida externa (moratória unilateral), reforma agrária, fim do arrocho, políticas de emprego, energética, tecnológica, de saúde, cultura, etc. Termina por defender o fim do regime militar, eleições diretas e Assembléias

Constituinte, liberdade partidária e sindical, etc.

A tese nº 2 — **Unidade e organização dos trabalhadores** — o mais resumido, preocupa-se em "malhar" os promotores do congresso de S. Bernardo e, como forma de combater a estrutura sindical, não vai além de propagandar a necessidade de um "movimento sindical unitário", livre dos prejuízos do partidismo, do paralelismo e do pluralismo sindical".

A malhação na CUT teve seu lance mais sensacionalista, porém, fora dos textos: trata-se da renúncia de Nilson Bahia (petroquímicos de Salvador) à direção da CUT, "para não dividir sua base". Nilson não permanece

portanto em nenhuma das direções, assim como seu suplente.

A estrutura da "coordenação" e as mobilizações

O relatório mais longo — **Plano de Lutas Sindicais** — expõe longamente a estrutura da central criada no encontro. Trata-se de um conselho de entidades composto pelas confederações e sindicatos nacionais e mais 90 entidades eleitas pelas bancadas estaduais, proporcionalmente ao número de sindicalizados dos estados. Dentro desse conselho se Classe Trabalhadora (Conclat), com funções executivas e que é na verdade, a cabeça política da central. A coordenação é composta das entidades de caráter nacional e mais 25 entidades eleitas dentro do conselho, mais 25 entidades eleitas dentro do conselho.

Ainda neste último relatório, fala-se dos planos de luta e mobilização da nova agremiação. Em primeiro lugar, elaborar e encaminhar no parlamento projetos de lei de interesse do movimento sindical. Em segundo lugar, deflagrar e coordenar várias "campanhas" de massa: campanha nacional de sindicalização, pela reforma agrária, contra o desemprego, pelas mais amplas liberdades políticas, etc. Na linha desta última campanha se insere o fim da Lei de Segurança Nacional, além das eleições diretas para presidente da República. Um nebuloso "estado de mobilização permanente", composto de manifestações que "apontem" para a greve geral é outra das resoluções.



Magni, Joaquinção e José Francisco, o tripé da Baixada

O projeto político global

A chamada "Carta da Praia Grande", manifesto político dos congressistas, expõe mais claramente a avaliação da conjuntura e a perspectiva política global dos organizadores. Reduzindo o momento atual à contradição entre o capital estrangeiro e um pequeno número de tecnocratas ("de costas para toda a Nação") e, de outro lado, "toda uma sociedade", a carta tem uma proposta clara que, ao que tudo indica será encaminhada no sentido de constituição de uma frente multipartidária oposicionista: a organização de um Encontro Nacional pela Democracia e Soberania Nacional, englobando todos os partidos, entidades e personalidades representativas, além de organismos do "movimento popular" (sociedades de bairros, comunidades religiosas, entidades estudantis, etc.). Esse encontro elaboraria uma "alternativa nacional democrática e popular ao atual regime", proposta que "unificaria toda a nação" e seria apresentada à sociedade, aos parlamentos locais e nacional, governos de Estado e presidência da República, na forma de um "abaixo assinado".

Contudo, pela tônica parlamentar e pela importância dada às instituições estatais, tudo indica que se trata de canalizar um movimento de apoio à plataforma política de transição que a oposição burguesa majoritária (PMDB) apresentou, no dia seguinte ao congresso, através de um manifesto de Ulysses Guimarães que é quase sua plataforma eleitoral para a presidência.

Os números do Conclat-Baixada

1) O leitor deve notar que quatro estados (S.Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro) congregam perto de 40% das entidades presentes, 50% dos delegados, 45% dos dirigentes sindicais, mais de 50% dos delegados de base.

2) O número de trabalhadores representados (tamanho das categorias que tinham delegações no congresso) em S. Bernardo era, pelos números constantes nas fichas de inscrições, perto de 12 milhões. Pelos dados divulgados pela secretaria de imprensa do Conclat-Baixada, neste último estavam

representados perto de 9,5 milhões. Esses números, porém, não revelam uma possível dupla representação, em virtude de vários sindicatos estarem com suas delegações (parciais ou totais) em ambos os encontros.

De qualquer modo, isso não difere muito da verdadeira "guerra de números" promovida pelas centrais de outros países.

3) A comparação entre representação de base e de diretoria nos dois congressos também não revela muita distância. Veja-se por exemplo este quadro comparativo:

	Delegados			Total	Trabalhadores	
	Entidades	Diretoria	Base		Categoria	Associados
Sindicatos de indústria e servidores básicos	269	582	676	1258	2.275.009	853.188
Terciários	145	324	354	678	1.400.278	454.756



O Congresso reuniu 1.258 entidades

4) O leitor deve notar que os "sindicatos urbanos" incluem, além de entidades de base nacional, os sindicatos de indústria e de serviços básicos (eletricidade, saneamento, etc) e as atividades terciárias (comércio, serviços, etc.), que poderiam ser desagregados da seguinte maneira:

A partir daí, pode-se observar que a categoria mais representada (em número de entidades e de dirigentes) é a rural; é também a de mais alta taxa de sindicalização.

	Delegados de Base		Delegados de Diretoria	
	ABC	Baixada	ABC	Baixada
Sindicatos rurais	1036	964	600	531
Sindicatos urbanos	3496	968	1200	1146

O CGT, vinte anos depois

O CGT, fundado em 1962, resultado de uma aliança estreita entre o PTB e o PCB, deu lugar agora a uma "coordenação" que alia o PMDB e setores da esquerda como o PCB e o PC do B.

No CGT de 1962, o peso da agricultura era pequeno (1,9% dos delegados) contra a predominância de sindicatos de indústria (quase 80% dos delegados). Mais de 60% desses representantes vinham do estado de S. Paulo.

Essa situação mudou. A Contag, que nem existia em 1962, está representada em maioria entre os delegados do Conclat

Baixada. Por outro lado, a distribuição pelos outros estados é bem maior.

O espírito de construção da central no entanto, é o mesmo: em torno das federações, confederações e das diretorias dos principais aparelhos sindicais do país. Para o Conselho Nacional e para a Coordenação foram eleitas entidades e não pessoas e, numa das normas de funcionamento aprovadas, está explícito que, cada uma dessas entidades pode indicar e substituir os seus representantes conforme seus próprios critérios.

Não existe nenhum mecanismo de filiação e de controle dos sindicatos à Central: o Conselho e a Executiva pairam acima do conjunto dos sindicatos.

Rio Grande do Sul

Manifestações marcaram o dia de protesto

O Dia Nacional de Protesto, marcado pela CUT, para o dia 25 de outubro logo após a votação do decreto 2045, foi muito fraco e desmobilizado em capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Minas Gerais, não reunindo em cada um, mais que 500 pessoas. No Rio Grande do Sul, porém, ele foi maior do que o esperado e teve cenas que chegaram a emocioná-lo.

Mesmo com pouco tempo de convocação e organização às pressas houve manifestações em todos principais municípios do estado. Além dos centros urbanos, onde as manifestações reuniram de 300 a 3 mil pessoas, o protesto se estendeu também aos trabalhadores rurais. Estes vinham em campanha pela extensão da previdência social ao

campo e se fizeram presentes com as reivindicações da reforma agrária.

Nas cidades, a principal característica foi o bate-panelas, absorvendo esta forma de protesto civil usada no Uruguai, Argentina e Chile. Mas o barulho do descontentamento dos trabalhadores gaúchos não se manifestou apenas na raiva com que batiam nas painéis vazios ou no apagar das luzes das 8 às 8h30 da noite. E, em todas as concentrações, a idéia da greve geral como única forma eficaz de combate ao regime era sempre aplaudida com entusiasmo.

Em Porto Alegre, além das manifestações nos bairros operários, duas mil pessoas se concentraram no centro e, ao final, saíram em passeata pelas principais ruas da cidade. O esquema de

pagar as luzes e bater painéis também recebeu adesão principalmente nos bairros operários.

Em Canoas, com a presença do secretário geral da CUT, Paulo Renato Paim, as manifestações tiveram a mesma intensidade. Muitos trabalhadores, entretanto, preferiram protestar em casa, junto de suas famílias. Ocorre que desde a semana anterior se espalhou na cidade um clima de terror através de boatos de que haveria saques e quebra-quebras. A passeata de um quilômetro e meio do Sindicato dos Metalúrgicos até a Praça da Prefeitura, realizada à noite, contou com cerca de quinhentos trabalhadores. O apoio da população durante o trajeto ficou claro. Centenas

de moradores foram às sacadas de seus edifícios bater painéis e na frente do colégio secundarista La Salle, com todas as luzes das salas de aula apagadas, os estudantes foram para os corredores bater palmas para a passeata.

Ao final do protesto, durante o qual não ocorreu nenhum incidente, Paulo Renato Paim afirmou que "quem andava espalhando o boato de que haveria quebra-quebra não conhece o trabalhador, não convive com ele. Porque fomos nós que construímos este país, mas não quem criou a desordem na economia, a tal ponto que basta entrar em cada vila desta cidade para encontrar um nordeste". (Paulo Cesar da Rosa)

Construção/Volta Redonda

Diretoria é cassada

Às vésperas da posse da diretoria eleita para o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, que representa a vitória da oposição, a delegacia regional do trabalho cassou-a e determinou nova eleição, só com a participação da chapa perdadora, a chapa dos pelegos.

Passando por cima de uma eleição realizada legalmente e da proclamação dos eleitos, o Ministério do Trabalho faz, agora, uma trapaça que fere

inclusive a CLT, alegando que os componentes da chapa vitoriosa, a Chapa Construindo, não são membros da categoria, embora sejam associados do sindicato há vários anos.

A diretoria eleita e agora cassada, declara ao boicote da "eleição" fajuta que o Ministério do Trabalho quer promover. Luta para que um novo processo eleitoral seja aberto, no caso da diretoria que realmente foi eleita não puder tomar posse.

Ferroviários/Espírito Santo

ARAÇÁ na Praça

O Movimento Sindical Ferroviário, oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários de Vitória, no Espírito Santo, registrou no dia 6 de outubro passado, a sua chapa que concorrerá às eleições do dia 5 de janeiro de 1984.

O lançamento da chapa, que é a número 1, a Chapa **Araçá**, apoiada por setores da Igreja e militantes petistas, é o coroamento de um trabalho sério de oposição, que vem lutando há três anos dentro do Sindicato, que na verdade é o Sindicato dos Trabalhadores da Cia Vale do Rio Doce. Este é o maior sindicato do Espírito Santo e um dos maiores do Brasil. São 20 mil trabalhadores na base, 10 mil sindicalizados.

Além da Chapa **Araçá**, se inscreveram também, a Chapa 2, formada por alguns trabalhadores, tendo na cabeça um chefe de segurança (Cipa) e, a Chapa 3, que tem o atual presidente como candidato a

releição, um pelego corrupto que formou sua chapa com parte da atual diretoria, excluindo outra, mais os simpatizantes do **Voz da Unidade e da Tribuna Operária**. A disputa tenderá a ser entre a Chapa do pelego e a Chapa 1, que tem muitas possibilidades de vitória, apesar do pelego contar com o aparelho da entidade e com a ajuda dos stalinistas. A oposição tem a seu favor o trabalho antigo entre a categoria e o clima de "fim de corrupção", que é bem visto pelos trabalhadores da Cia. Vale do Rio Doce.

No entanto, para que esta vitória se concretize, o pessoal da **Araçá** precisa de muito apoio político dos trabalhadores de outras categorias do Estado do país e apoio financeiro. Já está sendo vendida uma camiseta da Chapa **Araçá** e um cartaz e brevemente divulgaremos o número de uma conta bancária, que receberá as contribuições de apoio.

Papeleiros/RGS

Pelegos no escanteio

Pela primeira vez em quinze anos, surgiu uma chapa de oposição nas eleições para o Sindicato do Papel e Papelão de Guaíba. E a chapa 2, **Oposição Unida**, surgiu para vencer. No primeiro turno das eleições, realizado dias 17, 18 e 19 de outubro, ganhou dos pelegos por 790 a 629 votos. Nos dias 3 e 4 de novembro confirmou sua vitória.

O Sindicato do Papel e Papelão de Guaíba, com 1 mil e 800 sócios, tem uma base de cerca de quatro mil trabalhadores distribuídos em quatro empresas. A principal delas, a RIOCEL, ex-Borregard, é o berço da oposição. Tendo por presidente Richielmo Pillar Lopes, na Riocel há nove anos, e secretário geral Carlos Marli Boeira, também na Riocel há cinco anos, a chapa dois

reúne trabalhadores do PT e do PMDB.

O pelego, há quinze anos na diretoria do sindicato, não esperava a vitória da oposição. Durante o primeiro escrutínio passou de um ar confiante a uma expressão de desespero diante da derrota iminente. João Carlos Batista, além de presidente do Sindicato do Papel e Papelão, é também secretário da Federação da categoria no estado que, junto com a federação do Calçado, procura fundar uma central sindical nacional vinculada ao governo e ao PDS.

A chapa 2 foi apoiada desde o início pelos sindicatos combativos do Vale dos Sinos e de Porto Alegre.

Prosseguindo na série de artigos e entrevistas sobre a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, publicamos nesta edição uma entrevista com Ferreirinha, encabeçador da Chapa 2. Esta Chapa é composta por militantes do PT, seguidores de Prestes e por um setor da atual e de anteriores diretorias do sindicato.

Reafirmando o apoio à Chapa 1, ou mais precisamente à tática sindical levada pelos petistas que nela estão (ver *EM TEMPO* n.º 176), julgamos importante a entrevista com Ferreirinha por reconhecermos nele um ativista sindical sério e combativo, o que, aliás, é confirmado pelos próprios membros da Chapa 1 entrevistados em nossa última edição.

Contudo, não nos desobriga de apontar as insuficiências desta entrevista, quando, por exemplo, Ferreirinha se esquivava de responder à segunda pergunta por nós formulada ou quando é obrigado a uma ginástica verbal para responder à terceira.

— Fale sobre as perspectivas de trabalho da Chapa 2.

Ferreirinha — Antes de responder sobre o futuro, queria falar sobre os princípios que nortearam a Chapa 2, onde se baseou o seu nome "Princípios e Luta".

A Chapa 2 surge como alternativa, para abrir um caminho de mudança na prática de militância sindical. Um dos pontos centrais é a democracia sindical, fazer com que o sindicato seja um instrumento da categoria. Fazer com que o sindicato vá aos trabalhadores, estimulando a criação de comissões de fábrica. Hoje o trabalhador vai ao sindicato para homologar desemprego e não para lutar.

A tarefa da Chapa 2 é transformar o caráter do sindicato, acabar com o assistencialismo, informando a categoria dos seus

Eleições dos metalúrgicos do Rio Queremos mudar o caráter do sindicato

Sucursal do Rio

direitos e educando-a para defendê-los. Além disso, para nós, uma diretoria supõe um Conselho de direção colegiado, onde a cada dois meses reuniremos estes companheiros para discutir a situação e deliberar nossa atuação.

— Análise a composição das demais chapas e da 2. Nesta última, há membros da atual diretoria, ex-interventores e a acusação de ter um membro que vendeu a estabilidade, além de outros que não se pode dizer que são combativos...

Ferreirinha — Essa questão só serve para escamotear o compromisso da Chapa 1 com a atual Diretoria, pois ela tem o apoio da grande maioria da atual diretoria e da Federação. A entrevista dada pelo chapa 1 não é esclarecedora e tem um único objetivo: confundir os leitores.

O sindicato dos metalúrgicos é importantíssimo e tem que estar sempre presente nas lutas da classe trabalhadora. O lugar do pelego tradicional está desaparecendo, mas temos que ter cuidado, pois no seu lugar aparece o pelego "combativo" na linguagem e com prática conciliadora com os patrões e com a atual política econômica.

A Chapa 3 existe como resultado do rompimento com a 1, não é uma nova proposta sindical.

— Como você explica a ausência de companheiros dos estaleiros, de Nova Iguaçu e da Zona Oeste na Chapa 2, pegando pelo lado da sua represen-

tatividade?

Ferreirinha — De fato, os companheiros dos estaleiros são uma força importante em qualquer chapa. Isso quer dizer que a Chapa 2 está presente através de bons militantes nestes locais. Além do mais, o Sindicato não é só a diretoria e sim a categoria que ele representa. Foi uma falha nossa não ter sido mais ousados.

— Nem sempre os votos traduzem o estado de espírito das parcelas mais combativas. Em função disso e do trabalho

acumulado pelas oposições é muito difícil uma vitória da oposição. Não teria sido mais justo, você que participou do processo da Chapa 1, permanecer, puxando mais para o lado combativo?

Ferreirinha — Nós estamos conscientes do quadro eleitoral. Isto não quer dizer que vamos mudar a prática da chapa em função das disputas. Nós achamos que a diretoria atual está muito desgastada junto à categoria e esta identifica a Chapa 1 com a atual diretoria.

— No dia 21 de julho, setores da Chapa 1, principalmente os do PT, participaram ativamente da paralisação da Ishibrás e de outras fábricas. Em contrapo-



sição vimos poucos companheiros da Chapa 2...

Ferreirinha — É bom colocar corretamente a questão. Fazer o piquete para o dia 21 foi decidido no dia 20, à noite, com cerca de 80 companheiros. O que vejo, agora, é que o pessoal da Chapa 3 diz que foram eles que pararam, os da Chapa 1 dizem o mesmo. Na porta da Ishibrás eu estive, outros companheiros da Chapa 2 também estiveram, juntos com companheiros das Chapas 1 e 3.

— Como a Chapa 2 se posiciona frente a divisão do movimento sindical e à CUT?

Ferreirinha — Temos uma posição clara: não só a apoiamos, mas a defendemos e atuamos dentro dela. Para nós a CUT tirada no Congresso de São Bernardo do Campo foi unitária porque é o resultado de uma longa preparação que começou em 81.

O método que culminou na CUT é o único caminho, é a ruptura com o velho, com o peleguismo, com o Estado e com o clientelismo. Ela é o resultado e o início de uma mudança. Temos que fazer uma escolha, uma alternativa de concepção. Ficar em cima do muro é equivocado. Agora, muitos são contra a CUT, porque defendem a estrutura atrelada ao Estado, a estrutura vertical. Tem mais. A unidade se dá em torno do que há de novo no sindicalismo brasileiro, em cima de um programa de mudança da estrutura sindical; na defesa das riquezas nacionais; política de pleno emprego; transformação radical da estrutura agrária; do fim da atual política econômica e salarial; ou seja, das bandeiras tiradas no CONCLAT/83.

Errata:

Em nossa última edição, (n.º 180), na apresentação da entrevista com membros da Chapa 1, o jornal cometeu um equívoco ao informar que Oswaldo Pimentel, atual presidente do sindicato, faz parte da Chapa 1.

IV Congresso Anual da APEOESP

Professores Contra o Governo

Num Congresso que reuniu cerca de 200 participantes, os professores resolveram reorientar sua luta salarial iniciando uma ampla campanha contra a política econômica do governo Montoro. Decidiram ainda pela filiação à Central Única dos Trabalhadores e pela não participação no Congresso da Praia Grande.

A plataforma democrática que serviu de base à campanha eleitoral do Governo Montoro já é mais uma das peças do museu das manipulações populares. Além de colocar as tropas nas ruas contra os trabalhadores, de tratar as questões sociais como caso de polícia, impõe o maior arrocho da história sobre os trabalhadores dos serviços públicos.

Apesar de todo o seu discurso contra a ditadura e sua política econômica na época das eleições, não usa os seus cinco milhões de votos e o peso político do governo do Estado de São Paulo para combater essa política. Ao contrário, impõe em suas administrações as determinações do FMI. É o caso da política de corte nos gastos sociais — como saúde, educação, transporte, habitação — além do violento arrocho salarial aos funcionários.

Foi com essa avaliação que os professores, reunidos no IV Congresso Anual da APEOESP, em final de outubro, resolveram reorientar sua campanha salarial, assumindo a luta contra o governo Montoro e sua política econômica.

O primeiro passo nesse sentido é a paralisação com manifestações em todo

estado, marcada para o dia 23 de novembro, para o qual estão convidando todos os setores do funcionalismo. Com esse ato os professores retomam o seu ritmo de luta rompendo com o imobilismo que marcou a atuação da categoria no ano.

A filiação à Central Única dos Trabalhadores e a não participação no Congresso da Praia Grande foi a segunda grande decisão positiva do Congresso da APEOESP. Enfrentando os simpatizantes do congresso das federações e confederações e a vacilação da diretoria da entidade que, apesar de identificar-se com a CUT propunha adiar a decisão para uma assembleia em março, a maioria do plenário votou pela filiação à CUT. Na verdade, declaradamente contra a filiação, havia apenas 20 dos 200 congressistas presentes.

Um passo à frente e dois atrás

Mas se a filiação à CUT e o não reconhecimento do Conclat da Praia Grande representam uma reafirmação da tradição de luta da APEOESP, o mesmo não se pode dizer do tratamento dado aos

assuntos internos da entidade. O estatuto da Associação, que expressava a organização da categoria conquistada durante suas mobilizações e greves, foi seriamente mutilado. Encaminhado pela diretoria e com a adesão da maioria do plenário, foram aprovadas mudanças que privilegiavam a estrutura de delegação de poderes à representação direta, substituindo-se o poder de decisão das assembleias regionais por reuniões de representantes de escola.

Além disso, o Congresso feriu um dos princípios básicos da democracia dos trabalhadores, qual seja o de que um representante eleito pela base só pode ser destituído pela base que o elegeu. Pelas mudanças introduzidas por propostas da diretoria da entidade, o Conselho de Representantes tem o poder de destituir ou manter no cargo Conselheiros faltosos eleitos pelas bases da entidade. E, o que é bem pior, o Congresso ao resolver que as eleições de seu Conselho de Representantes, até então anual passariam para bienal, novamente por proposta da diretoria da entidade, prorrogou os mandatos dos Conselheiros num evidente desrespeito aos associados da APEOESP.

Novo Hamburgo

Greve contra o arrocho

Em Novo Hamburgo-RS, o centro calçadista mais importante do país, os trabalhadores sapateiros entraram em greve. Deflagrada na segunda-feira, dia 7 de novembro, os trabalhadores exigem o reajuste semestral de 100% do INPC. Os patrões, alegando que na data do reajuste automático, 1.º de outubro, estava em vigor o decreto-lei 2045, pretendem dar apenas os 80% do INPC.

Além de não aceitar a política de arrocho imposta pelo governo, os trabalhadores justificam sua greve pela quebra de um dos itens do acordo coletivo de trabalho firmado em abril, onde os patrões comprometiam-se a pagar no reajuste semestral o índice de 100% do INPC.

Enfrentando um forte esquema de repressão policial-militar, os grevistas contam com a unificação de todos os ativistas na direção da greve. O comando eleito conta, além dos militantes do PT, com a diretoria do sindicato, do PDT, e com o apoio direto do sindicato dos metalúrgicos de Novo Hamburgo e da Central Estadual dos Trabalhadores. Mas o determinante para a vitória é a grande combatividade dos sapateiros que, já no primeiro dia de greve, contavam com a paralisação de 13 mil trabalhadores, numa categoria de 25 mil.

O QUE É FEMINISMO 5

Reconhecer as diferenças sem isolar as mulheres

Não há contradição entre as questões específicas do movimento e a luta de classes.

A maioria das pessoas que tentam entender o movimento de mulheres esbarra num problema teórico importante: quais são as reivindicações próprias, específicas do Movimento de Mulheres? É apenas a existência de reivindicações diferentes das lutas de todos os outros movimentos, que pode justificar a estruturação de um Movimento de Mulheres, com uma dinâmica e formas de organização separadas.

Em geral, a resposta a essa pergunta tem sido de que as reivindicações do Movimento de Mulheres dizem respeito à ideologia, numa luta contra os preconceitos machistas, as leis reacionárias, as discriminações baseadas na diferença de sexo. Com base nessa resposta, desenvolveram-se políticas muito diferentes para o

movimento de mulheres: desde aquelas que acham que esta luta ideológica é secundária porque depende de transformações econômicas prévias e, portanto, não acham que o movimento de mulheres deve ser organizado desde hoje; trabalhando principalmente para conseguir mudanças legais, no sistema escolar e nas idéias em geral.

Essa interpretação da luta das mulheres como uma luta ao nível ideológico significa um passo importante, pois deixa claro que a opressão das mulheres não é simplesmente um aspecto da exploração dos trabalhadores enquanto classe. É uma contradição que não pode ser reduzida diretamente ao conceito "luta de classes".

No entanto, fazer essa divisão rígida entre "questões ideológicas" — que

caberiam entre outros movimentos, ao das mulheres — e "questões econômicas", essas sim, referentes à luta de classes, não nos ajuda muito a compreender a situação das mulheres e as suas lutas.

Uma luta como a legalização do aborto, por exemplo — que sem dúvida é aceita unanimemente como uma bandeira do movimento de mulheres —, envolve desde as más condições de vida, que impedem as mulheres de criar dignamente quantos filhos quiserem ter; o direito de decidir sobre seu próprio corpo, que remete à repressão sexual e à contracepção; o atendimento médico ginecológico e o sistema de saúde pública; a responsabilidade pela educação das crianças, que deve ser da sociedade.

Este é apenas um exemplo, onde fica claro que a luta das mulheres não se restringe ao nível legal, nem cultural. As mulheres, em seu conjunto, possuem uma relação definida com o Modo de Produção Capitalista, uma relação que é diferente da dos homens. Elas não são apenas vítimas de uma discriminação, de preconceitos milenares. São "exploradas" enquanto grupo, no papel social que são obrigadas a desempenhar na sociedade burguesa; a realização do trabalho doméstico, que significa a reprodução da mercadoria força de trabalho (veja nossas edições anteriores).

Assim, lutas específicas são aquelas que colocam as mulheres em movimento contra as formas que o capitalismo utiliza para "explorar" o seu trabalho assalariado ou gratuito (doméstico) e contra as formas através das quais a sociedade burguesa discrimina as mulheres, utiliza sua função reprodutora, seu corpo, sua própria vida. Há questões específicas das mulheres,

portanto, ao nível econômico, social, jurídico e ao nível ideológico e não apenas em um deles.

Não há contradição

Não há nenhuma contradição — e nem mesmo uma divisão rígida — entre as questões específicas do movimento de mulheres e as chamadas questões gerais", isto é entre as questões relacionadas com a opressão das mulheres enquanto sexo e a luta de classes. Elas se entrelaçam.

Uma campanha salarial, por exemplo, pode trazer no seu interior reivindicações específicas das mulheres da categoria, como salário igual para trabalho igual, fim do controle das idas ao banheiro, acesso aos cargos mais qualificados, etc. Outro exemplo: uma luta como a de creches pode ser tratada simplesmente como mais uma reivindicação do bairro, tão "geral" como a luta por água ou esgoto. Ou pode conduzir a uma discussão "específica", sobre a responsabilidade pela educação dos filhos e a função da família.

Feminismo

Quando um movimento de mulheres assume como sua coluna vertebral, sua razão de ser, as reivindicações específicas das mulheres, chamamos este movimento de feminista. O feminismo é a luta das mulheres contra a sua opressão de sexo. Nem todos os grupos de mulheres, nem todos os movimentos de mulheres são feministas. Mas muitas mulheres são feministas sem saberem ou sem assumirem, porque lutam contra a opressão que pesa sobre seu sexo. Alguns homens também são feministas, na teoria e na prática. Na próxima edição vamos discutir a relação do feminismo com a luta de todos os trabalhadores.

Origem e trajetória do maoísmo

O PC Chinês dirigiu por anos a fio e com determinação exemplar o mais importante processo revolucionário desde a revolução russa, no país mais populoso da terra.

O maoísmo chinês conformou-se como uma corrente original, com sua coerência e suas tradições próprias.



A questão do partido na história do movimento operário- 13

Análise da política do Partido Comunista Chinês durante a revolução vitoriosa em 1949 e nos anos seguintes, a caracterização da natureza deste partido, é uma questão complicada para a análise marxista, e de enorme importância. O "maoísmo" chinês (isto é, uma política do PC chinês, no período em que o principal dirigente do partido era Mao Tse-tung) foi uma política capaz de dirigir o maior processo revolucionário desde a Revolução Russa, por dezenas de anos, no país mais populoso da terra.

Como explicar que um partido formado no interior da III Internacional stalinizada, e que além disso esteve durante muitos anos submerso fundamentalmente no mundo camponês, com poucos laços com o movimento operário, tenha sido capaz de dirigir um processo de revolução permanente até a tomada revolucionária do poder, a formação de um Estado Operário e o início da construção do socialismo? Como explicar uma revolução socialista baseada fundamentalmente em exércitos camponeses?

O PC Chinês, fundado oficialmente em 1921 com 57 militantes (!), cresceu rapidamente, transformando-se durante a revolução de 1925/27 em um partido

operário de massa. Em 1927, a linha da Internacional Comunista, de subordinação política e organizativa ao Kuomintang de Tchiang Kai-check conduziu o partido a catástrofe, com os massacres de Xangai e Cantão.

Após a derrota em 1927, o partido centrou sua atividade no campo, onde a mobilização, despertada e estimulada pela revolução nas cidades, prosseguiu. Perdeu sua base urbana. Até a vitória em 1949, o processo revolucionário foi duro, e passou por várias fases distintas (a retirada da "Longa Marcha", o estabelecimento de uma administração do PC em uma parte do território, a frente única com o Kuomintang contra a invasão japonesa, a guerra civil contra o Kuomintang depois de 1945). Durante todas estas fases, o PC Chinês lutou pela revolução e pelo poder. Não vamos analisar aqui os muitos e em grande parte contraditórios aspectos de sua política. Mas sobre seu caráter globalmente revolucionário a história não deixou dúvidas.

O PC chinês não chegou a se transformar em um partido stalinista: esta é a primeira questão chave para explicar como pôde dirigir uma revolução. O processo de degeneração burocrática da III Internacional não foi direto e linear,

mas cheio de contradições, de rupturas. A nível internacional, completou-se em 1933. Mas não atingiu da mesma maneira todos os partidos. Partidos como o chinês, o vietnamita, o iugoslavo, nos quais o controle da direção soviética da III Internacional era, por várias razões, mais fraco, subtraíram-se em parte a este processo.

No PC chinês, a fração dirigida por Mao era a menos vinculada ao stalinismo (depois, é claro, da expulsão da fração ligada à oposição de esquerda, muito expressiva na China), e se afirmou numa luta contra os representantes diretos de Stalin. O próprio Mao se referiu em 1958 a este processo: "a revolução chinesa conseguiu a vitória dando as costas à vontade de Stalin. O falso diabo estrangeiro (Stalin) 'proibia' a revolução (...). Se nós tivéssemos seguido o método de Wang Ming, isto é, de Stalin, a revolução chinesa não teria vencido".

A ruptura com Stálin

A diferenciação da política de Mao com relação à de Stalin se deu em questões decisivas. Em primeiro lugar, Mao recusou a subordinação ao Kuomintang e lutou sempre pela construção de um exército independente do PC. Em segundo lugar, interpretou de forma totalmente distinta a concepção do "bloco das 4 classes" (burguesia nacional, pequena burguesia urbana, camponeses, proletariado): no lugar de aceitar a direção burguesa no processo revolucionário, defendeu a hegemonia proletária, e a direção do PC.

Desta forma, o maoísmo se constituiu como uma corrente revolucionária original, não como um partido stalinista. Manteve seu caráter revolucionário na medida em que conservou diversas concepções do marxismo revolucionário, herdadas dos primeiros anos da III Internacional, e apreendeu de forma militante (e empírica) diversos aspectos fundamentais da revolução chinesa. Neste sentido, contribuiu inclusive para desenvolver a teoria marxista (por exemplo, com a estratégia de "guerra revolucionária prolongada").

Mas o caráter revolucionário do maoísmo teve limites importantes. A

degeneração stalinista da III Internacional teve um duplo impacto: influenciou diretamente o PC chinês (que assimilou várias concepções stalinistas, como o socialismo em um só país, o regime de partido único, a incompreensão da forma soviética de democracia operária), e o privou do quadro organizado (a Internacional) que permitia ao movimento comunista se constituir conscientemente em movimento mundial, internacionalista. Os traços nacionalistas e particularistas do PCC foram exacerbados (chegando mesmo à assimilação do chauvinismo de grande potência, evidenciado recentemente na invasão do Vietnã). Estas debilidades do maoísmo pesaram de modo particular no período pós-1949, e são um elemento importante para explicar a degeneração brutal do partido, sua política internacional muito direitista desde antes da morte de Mao, etc.

O maoísmo chinês (do período revolucionário) foi portanto uma corrente intermediária entre o marxismo revolucionário e o stalinismo. Isto é, uma forma de "comunismo revolucionário nacional" que do ponto de vista da revolução internacional é **centrista**. Por isso, não poderia ser uma alternativa internacional ao stalinismo (o que hoje está inteiramente claro: o maoísmo se desagregou como corrente internacional).

Uma última questão importante: apesar de ter tomado o poder dirigindo um exército camponês, o PC chinês continuou a ser um partido operário: formou-se como partido com um programa proletário, do qual manteve sempre muitos aspectos; tornou-se um partido com uma base operária de massas na revolução de 1925/27; apesar de ter perdido depois grande parte de sua base operária, não mudou fundamentalmente de caráter. Foi portanto o seu papel dirigente que permitiu fazer avançar a revolução chinesa como revolução permanente, chegando à vitória na "revolução democrática" e construindo um Estado Operário.

(Na próxima edição, trataremos da Revolução Cultural e da influência internacional do maoísmo).

Como foi o 35.º Congresso da UNE

O 35.º Congresso da UNE não correspondeu às expectativas geradas nas semanas anteriores, quando em congressos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco as plataformas mais combativas do movimento estudantil foram aprovadas, contra as posições defendidas pelas correntes que compunham a diretoria da UNE (**Tribuna Operária, Voz da Unidade, Hora do Povo**). Afinal, na UNE foram aprovadas a maioria das propostas defendidas pela diretoria, e a corrente majoritária nos últimos anos na direção desta entidade, a **Tribuna Operária**, tornou-se o eixo também da nova diretoria, numa composição com forças que antes estavam na oposição.

No entanto, o congresso (mais de 2700 delegados — o maior desde o “Congresso da Reconstituição”) foi diferente dos anteriores, onde as composições em torno da **Tribuna** eram claramente majoritárias desde o início. Quando começou, o quadro era de equilíbrio de forças entre as propostas combativas e as reformistas, agrupadas na antiga diretoria.

O equilíbrio começou a ser rompido na primeira votação importante, sobre a resolução de conjuntura nacional. Nos debates, o ponto que polarizou foi a defesa (ou não) da CUT e o apoio (ou não) à greve geral. Evidentemente, os reformistas se opunham à CUT e à greve geral, e os setores combativos apoiavam entusiasmadamente. No entanto, os reformistas se unificaram, e os setores combativos se dividiram na hora da votação.

Apresentaram-se, pois, três propostas: a encaminhada pelas forças da diretoria da UNE; a encaminhada pelo setores majoritários do PT (integrados pelos estudantes identificados com o EM

Contrariando as expectativas formadas nos principais congressos estaduais, as posições do bloco combativo não foram majoritárias, embora demonstrassem um sensível crescimento.



2.800 delegados no Congresso da UNE

TEMPO, com a tendência **Alicerce**, com a tendência **Correnteza**, com a tendência **Companheiro**, por estudantes não posicionados por nenhuma das correntes internas do PT, pela tendência **Caminhando**, pelos estudantes prestistas; e a proposta encaminhada pela minoria do PT (pelos estudantes identificados com a extensão **Liberdade e Luta** e com a tendência autonomista).

A contagem de votos não foi fácil. A primeira e a segunda propostas na votação feita por braços levantados, tinham aproximadamente a mesma força, enquanto a terceira proposta tinha uma pequena minoria. A votação teve de ser

repetida e, afinal, foi declarada vencedora a primeira proposta. É possível estimar em mais de 1200 votos para a primeira proposta (da diretoria da UNE), cerca de 1100 para a segunda (dos setores majoritários do PT e da oposição) e cerca de 250 para a terceira (**Liberdade e Luta** e autonomistas).

Portanto, nesta votação quem deu a vitória para os reformistas foi a minoria petista. O argumento invocado por **Liberdade e Luta** e pelos autonomistas era que a proposta majoritária da oposição ao fazer a avaliação da greve desmarcada de 25 de outubro, “atacava a CUT e o PT”. Isto é uma grosseira falsificação. A

proposta de resolução enfatizava a responsabilidade dos pelegos e reformistas no boicote à greve, e falava da necessidade da marcação de uma nova greve geral, e da superação dos problemas de preparação da greve do dia 25. É claro que reconhecer falhas na preparação da greve não é “atacar a CUT”.

Na segunda votação fundamental, sobre o encaminhamento das lutas educacionais, ficaram de um lado todas as forças que integravam a diretoria da UNE e, de outro, todas as da oposição, inclusive **Liberdade e Luta** e autonomistas. Numa contagem difícil, foi proclamado que a diretoria da UNE ganhara por pouco menos de 40 votos.

Resultado frustrante

Contudo, a oposição se dividiu na formação de chapa e, afinal, as alianças se redefiniram. Foram apresentadas duas chapas: a primeira integrada pela **Tribuna Operária, Caminhando, prestistas, Correnteza e Companheiro**; e a segunda pelas outras forças petistas, exceto **Liberdade e Luta**, que declarou que não aceitava integrar a chapa, embora a apoiasse. A proposta da **Liberdade e Luta** era de não reconhecer o Congresso (!!!), depois de ter participado de todos os debates em todos os dias. **Voz da Unidade e Hora do Povo** defenderam a abstenção. Venceu a primeira chapa, com mais de 60% dos votos (com o plenário já esvaziado).

Mais uma vez, a **Tribuna** continua como a força majoritária na direção da UNE, embora agora com a parceria de alguns petistas e outros membros da antiga oposição. Mais um resultado frustrante para o movimento estudantil, parcialmente compensado pelo avanço na articulação dos estudantes petistas (isto é, da sua maioria).

Avanços por consolidar

Uma avaliação do Congresso da UNE mostra um sensível declínio da influência das correntes stalinistas. Evidencia também que o PT, dividido, não conseguiu se apresentar como alternativa. A nova diretoria da UNE reflete esta contradição.

O 35.º Congresso da UNE foi realizado em São Bernardo, no Centro Vera Cruz, no mesmo local onde em agosto se realizou o Conclat. Este fato não foi sem significado: refletindo o crescimento das lutas do movimento operário e popular, e o desgaste da política reformista e burocrática na direção da UNE, a composição do Congresso estava sensivelmente à esquerda em relação ao congresso anterior.

O número de delegados que apoiavam a antiga diretoria (uma composição das várias correntes stalinistas) era aproximadamente equivalente ao dos delegados que apoiavam a antiga oposição (cerca de mil e trezentos para cada lado). Isto é, em número de delegados havia um equilíbrio aproximado entre as correntes reformistas (que compunham a diretoria da UNE) e as correntes mais combativas.

Mas este equilíbrio não corresponde à realidade do movimento. Significativamente, a oposição ganhava disparado nos centros mais mobilizados do movimento estudantil, enquanto os reformistas tiravam seus delegados principalmente dos estados menos mobilizados e do interior. As correntes reformistas, em claro declínio, se mantêm graças ao fato de terem uma organização superior, um aparelho mais sólido, e o apoio dos setores liberais da oposição bur-

geusa. Com isto, podem atingir a todo o país de modo mais efetivo do que as correntes combativas.

Outro fato importante é o deslocamento das forças no interior dos blocos. Entre as correntes que compunham a diretoria da UNE, houve um crescimento dos simpatizantes da **Tribuna Operária** (a maior corrente, em termos isolados, do Congresso; contava com o apoio de mais de mil delegados), e um brutal declínio dos simpatizantes da **Voz da Unidade** (mal passavam de cem delegados) e da outrora barulhenta **Hora do Povo** (cerca de 50 delegados). Como a **Tribuna Operária** representa uma espécie de ala esquerda do bloco reformista, esta mudança também reflete um deslocamento.

A divisão da oposição

Entre os setores combativos, a grande maioria era de militantes e apoiadores do PT. A única corrente combativa que não participava das plenárias do PT era a **Caminhando**, tendência heterogênea que reúne militantes tanto do PT como do PMDB. Houve um crescimento de conjunto dos delegados vinculados ao PT desde o congresso anterior: cerca de mil, excetuando-se os apoiadores da **Caminhando**, que eram em torno de 300 delegados. Entre os que participavam das

reuniões do PT, a sub-corrente majoritária continuava a ser, como nos anos anteriores, a formada pelos colaboradores do **EM TEMPO** tendo entre 350 e 400 militantes petistas apoiando suas propostas).

Houve uma sensível redução da tendência “Libelu”. Enquanto no congresso anterior contava com quase 300 apoiadores, neste, reunindo-se num curioso bloco com os “autonomistas” e incluindo muitos “petistas independentes” (ver matéria ao lado), não chegavam a somar 250 delegados, como ficou claro na votação em plenário da resolução sobre conjuntura nacional (ver matéria ao lado). Dentre os petistas, foi significativo o crescimento da tendência **Alicerce**, que reunia cerca de 150 delegados.

O lado mais negativo do Congresso foi a divisão do bloco de oposição, que, na verdade, não chegou a se formar. Duas foram as responsabilidades por esta ocorrência: de **Caminhando**, que não reconhecia o bloco de oposição, não participava das reuniões do PT, e examinava a possibilidade de formar chapa tanto com a oposição como com a **Tribuna (Caminhando)** defendia uma chapa ampla que excluísse as correntes no seu entendimento reformistas, isto é, **Voz da Unidade, Hora do Povo, Libelu** e autono-

mista); e do bloco **Libelu-autonomistas**. Este último foi o primeiro a dividir em plenário a oposição, dando inclusive a vitória aos reformistas na importante resolução sobre a conjuntura nacional. Além disso, criando mil impedimentos para as reuniões do PT (ver matéria ao lado), dificultando a unificação dos petistas, a **Libelu** e os autonomistas impediram que o PT se constituísse numa força capaz de atirar a **Caminhando** para uma chapa comum da oposição.

A nova diretoria

A formação da chapa expressou as contradições e confusões do Congresso. Reuniu forças que votaram de forma distinta em todas as resoluções mais importantes (conjuntura nacional, lutas educacionais). A chapa está dividida quase meio a meio entre a **Tribuna Operária** (que manteve a presidência) e o bloco formado por **Caminhando, prestistas, Correnteza e Companheiro (Caminhando)** sendo formado parcialmente por militantes do PT, e **Correnteza e Companheiro** integrando o PT). Esta composição não reflete uma paridade de forças entre a **Tribuna** e o bloco formado em torno da **Caminhando** (os delegados que apoiavam a **Tribuna** eram mais do dobro deste bloco).

mas a divisão do Congresso e o deslocamento das bases estudantis para a esquerda, e o desgaste da diretoria da UNE. É significativo que a **Tribuna** tenha optado por abandonar o bloco com **Voz da Unidade e Hora do Povo**. Por outro lado, esta composição decorre da incapacidade dos militantes petistas de se unificarem, na medida em que as reuniões do PT foram abandonadas por **Caminhando** e torpedeadas pela **Libelu** e pelos autonomistas.

Para o PT, contudo, houve um saldo positivo, na medida em que a unidade da sua maioria foi mantida. Este fato foi sintetizado no lançamento de uma chapa que contou com a maioria das forças petistas (**EM TEMPO, Alicerce, autonomistas, “petistas independentes”**), apoiada de fora pela **Libelu** (que se recusou a participar, defendendo o “não reconhecimento do Congresso”... depois que ele já tinha se encerrado).

A nova diretoria eleita é, evidentemente, distinta da anterior. Fazem parte dela correntes combativas. Mas na medida em que um setor do reformismo, a **Tribuna**, mantém a hegemonia, esta diretoria não poderá refletir o sentimento majoritário dos estudantes. O mais provável é que ela seja dilacerada por profundas contradições.

A Liberdade e Luta é uma velha conhecida dos militantes estudantis. Ultimamente, contudo, tem vestido uma nova roupagem: oficialmente, diz que se dissolveu, e todos os seus militantes apresentam-se como "independentes", apesar de continuarem a vendê seu órgão (**O Trabalho**) e a defenderem as mesmas posições. Ao que parece, a Liberdade e Luta finalmente reconheceu o grande desgaste que suas orientações políticas tinham lhe provocado, está passando por uma crise de identidade, e escolheu o caminho de evitar mostrar muito diretamente o próprio rosto. Ou, então, está buscando disfarçar sua muito visível decadência.

Os "autonomistas" são uma tendência mais recente no movimento estudantil e ainda muito reduzida. O grupo se articula em torno da revista **Desvios**. Ao contrário da Liberdade e Luta, os autonomistas não afirmam que se dissolveram. Mas dizem que sua tendência não é na verdade uma tendência e também chamam a si próprios de "independentes".

É exatamente esta a posição que têm em comum os dois grupos: são tendências que não se assumem. E a partir daí, fazem uma campanha permanente e sistemática "contra as tendências", difundindo o conhecido refrão de que bons são os estudantes "novos", "independentes", e más as tendências em geral, que "manipulam os independentes", etc.

Como bem conhecem os que têm alguma experiência no movimento estudantil, este é o discurso tradicional dos estudantes identificados com o jornal **Voz da Unidade**. O que diferencia neste aspecto o bloco Libelu-autonomistas do **Voz** é que são petistas. Aliás, com uma arrogância e uma presunção extremas, apresentam-se como os únicos petistas, e tentam, por todos os modos, fazer passar suas posições como posições "oficiais" do PT.

Falseamento

A partir do Congresso da

Movimento estudantil Quem dificulta a unidade dos petistas

O esforço da Executiva Nacional do PT para ajudar a organização unitária dos estudantes petistas foi um dos pontos mais positivos do 35.º Congresso da UNE. Foram realizadas diversas reuniões, presididas pelo membro da Executiva Nacional e responsável pela Secretaria de Movimentos Populares, Virgílio Guimarães de Paula. Contudo, estas reuniões foram turvadas por manobras de um estranho bloco formado por duas tendências de estudantes petistas, a Liberdade e Luta e os "autonomistas".



UNE, este bloco vem atuando com grande desenvoltura. Nas plenárias dos estudantes petistas, era muito minoritário: não conseguiam obter o apoio nem de um terço dos presentes. A partir daí, não aceitavam unificar posições. Na votação sobre conjuntura nacional, dividiram, e provocaram a derrota da resolução que defendia o apoio à CUT e a greve geral.

No jornal **O Trabalho**, a Liberdade e Luta inventou a história de que os "petistas" não tinham lançado chapa e "as tendências" é que tinham lançado (ignorando a participação na chapa dos autonomistas e de muitos "independentes"). Aliás, o boletim do PT de São Paulo repetiu esta grosseira fal-

sificação, inclusive defendendo a vergonhosa posição de não reconhecer um congresso depois de participar de todos os seus debates e de todas as votações. Não é de espantar: esta matéria é assinada por José Arbex, conhecido integrante da Libelu.

Mas o fato mais curioso do congresso da UNE foram as muitas reuniões de "independentes" organizadas pelo bloco Libelu-autonomistas. É verdade que havia estudantes não posicionados no interior do PT que participaram destas reuniões. Mas a maioria era de integrantes da Liberdade e Luta ou autonomistas, em que presidia as reuniões era ninguém menos do que Ricardo Melo: um dos fundadores da tendência estudantil

Liberdade e Luta e um dos seus dirigentes históricos públicos e notórios desde então, de repente convertido à situação de "novo" e "independente" contrário às tendências que manipulam!!!!

DCE da USP

Mas a atuação do bloco foi ainda pior na formação de chapa para o DCE da USP. Nas reuniões da oposição, propuseram moções atacando as tendências, culpando-as pela má situação do movimento estudantil, com um tom claramente obscurantista e macartista. Como esta atitude provocasse revolta em muitos estudantes, tanto integrantes de tendências como independentes, a Libelu e os

autonomistas recuaram. Mas afinal propuseram uma chapa que excluía os integrantes da corrente do jornal **EM TEMPO** e da tendência Alicerce (do **EM TEMPO** admitiram um estudante de São Carlos. Esta "liberalidade" se explica pelo fato de que, nesta cidade, nem a Libelu nem os autonomistas têm um apoiador sequer). Além dos integrantes de **EM TEMPO** e Alicerce, muitos independentes não aceitaram esta composição, e a oposição ao DCE da USP (atualmente com a direção do **Voz da Unidade**) se dividiu.

Na formação de chapa da USP, destacou-se Carlos Cavalcanti, estudante da PUC, membro do Diretório Estadual do PT, autonomista. A todo momento invocava sua condição de membro do diretório estadual, dizendo-se "a direção sou eu" e querendo "baixar linha" sem qualquer discussão. Ocorre que o movimento estudantil nunca foi objeto de discussão nas reuniões do Diretório Estadual do PT, e não consta tampouco das atas de qualquer reunião da Executiva.

O que está em risco

A questão é importante. O que é colocado em risco com esta atuação oportunista e sectária é o processo de unificação dos estudantes petistas. Há duas concepções em jogo: a da Libelu e dos autonomistas quer unificar os petistas no grito e expulsando os que não concordam com eles, valendo-se do seu acesso à direção de São Paulo.

Evidentemente, a concepção correta é outra, a que está sendo encaminhada pela Executiva Nacional. A unificação dos estudantes petistas tem de resultar de um processo de discussão e síntese entre todas as posições existentes no interior do partido, respeitando-se todas as correntes, integrando todos os que se dispõem a lutar no PT e a aceitar sua direção, promovendo a participação de todas as bases do partido neste processo, quer se identifiquem com algumas das correntes existentes no interior do PT ou não.

MOVIMENTOS POPULARES

Taboão da Serra/São Paulo Vereador petista ameaçado

Um grupo de extermínio inspirado no Esquadrão da Morte, liderado por "Domingão 2" — bandido conhecido da polícia e que opera nas proximidades do Parque Pinheiros, Taboão da Serra, tem deixado a população em verdadeiro estado de pânico.

O objetivo deste esquadrão: atingir todos os membros de uma quadrilha local. Por trás das aparências de uma briga de marginais está a face fria da impunidade. Sinais de ligação deste grupo com a polícia começam a se evidenciar: portam armas de calibre exclusivo dos órgãos de "segurança"; apresentam-se como policiais; embora amplamente conhecidos da polícia, nunca são punidos, ao contrário de seus rivais; há entre eles um nome ligado a um sargento de Itapeverica da Serra.

Nos rastros do Esquadrão, as marcas: suas vítimas possuem os rostos desfigurados a bala. Em

um paredão, em um outro bairro da cidade, uma lista de nomes expõe para quem quiser saber, o nome da próxima vítima.

Um destaque entre os ameaçados: Paulo Félix, o Poleca, vereador operário e militante do PT, dos mais combativos da região. Foi incluído na lista por haver "acendido o lixo" (na gíria: exigir publicamente a apuração dos fatos).

Cercado entre o silêncio da imprensa, Paulo defronta-se agora com a cumplicidade da omissão policial. Há uma lógica odiosa nessa atitude: "quem reclama das arbitrariedades policiais e clama pelos direitos humanos, não pode exigir a ação da justiça". Apenas aos companheiros de lutas, aos trabalhadores restou a tarefa de defender o camarada.

Leia e assinhe



Argentina Revés eleitoral

A grande vitória eleitoral de Raul Alfonsín coroa o processo de crise da ditadura militar e de transição a um regime burguês de bases sociais mais amplas. Os generais argentinos lançaram o país na maior crise econômica e social da história do país, destruindo boa parte de seu parque industrial, desnacionalizando setores importantes da economia, para atirarem-se, em seguida, à aventura militar das Malvinas. Desmoralizados, derrotados e divididos, num quadro de crise geral das ditaduras do cone sul, não restava aos militares argentinos senão o retorno aos quartéis com o rabo entre as pernas.

O peronismo, compartilhando do processo de desgaste do nacionalismo burguês (populismo) na América Latina, não poderia oferecer uma alternativa de governo confiável e estável aos militares. Não

exerceu qualquer papel opositor à ditadura militar (como também foi o caso do Partido Comunista Argentino) e sua direção histórica, comprometida com a repressão ao movimento de massas e adotando sistematicamente métodos gangsteristas para resolver suas disputas, não tinha confiança e o apoio das próprias bases partidárias.

Alfonsín, figura não comprometida com o regime e que dirigiu a modernização da União Cívica Radical, o mais antigo partido da Argentina, e no qual as classes dominantes depositam irrestrita confiança. Pôde, assim, capitalizar todo o anseio dos argentinos de superação não apenas da ditadura mas da violência política associada ao peronismo. O candidato do radicalismo foi eleito com o apoio da burguesia e da esmagadora maioria das classes médias, além de



parte das bases trabalhadores do próprio peronismo.

Para o movimento operário e a esquerda, o resultado eleitoral representou uma derrota esmagadora. Os partidos que se reivindicam da classe operária foram destruídos pela polarização entre os dois grandes partidos burgueses. A esquerda conheceu um importante retrocesso em relação às eleições de 1973, o que reflete a desorientação política dos setores de vanguarda do proletariado, hegemônica pelo peronismo.



Chile A 7.ª Jornada de Protesto

A realização da 7ª jornada nacional de protesto, convocada pelo CNT (Comando Nacional dos Trabalhadores) e apoiada pela Aliança Democrática (frente burguesa) e pelo Movimento Democrático Popular (tentativa de reviver a Unidade Popular), foi um aberto desafio ao governo do general Augusto Pinochet, que, em tempo recorde, aprovou (no próprio dia das manifestações) lei que pune com prisão, confinamento em lugares distantes ou exílio, aqueles que convocarem protestos ou "manifestações que alterem a tranquilidade pública". Desde as primeiras horas da manhã, centenas de manifestantes saíram às ruas para, aos gritos de "pão, trabalho, justiça e liberdade", exigirem o fim da ditadura pinochetista.

Pontos altos da jornada foram as barricadas nas "poblaciones" (bairros populares), a batalha campal entre estudantes da Universidade de Santiago e a polícia antimotim e a passeata que, liderada por Rodolfo Seguel, se dirigiu ao Palácio de La Moneda para lá entregar uma lista

de 12 reivindicações, entre elas reincorporação dos mineiros demitidos por motivos políticos, reajustes salariais consoantes à inflação e estabilidade no emprego, que termina afirmando a necessidade de iniciar-se imediatamente um período de transição "que permita o mais breve retorno do país à normalidade democrática".

Precedida por cinco atentados com coquetéis molotov, que incendiaram três instalações municipais localizadas em bairros periféricos e dois ônibus, e fechada por sete atentados à dinamite, que danificaram trechos da rodovia que liga Santiago ao sul do país e uma central elétrica situada a 200 quilômetros da capital, a 7ª jornada, com seus dois mortos, 30 feridos e cerca de 100 detidos, foi menos impetuosa e violenta que as anteriores, fato que alerta para a necessidade da mudança nas táticas de luta: Protestos mensais — descontinuos — têm sido insuficientes para derrubar a estremecida ditadura chilena.

África do Sul Apartheid começa a ceder

No último dia 3, os brancos sul-africanos foram às urnas e aprovaram (1,36 milhão de votos a favor para 691 mil contra) a reforma constitucional de autoria do governo do premier Pieter Botha.

Na África do Sul, o racismo está indissolúvelmente vinculado ao sistema capitalista de dominação: o aniquilamento do primeiro significará a derrubada do segundo. Plenamente consciente disso e empurrado pela luta de dezoito milhões de negros, liderados pelo ANC (Congresso Nacional Africano), o primeiro-ministro Botha vinha há algum tempo esboçando projetos de reformulações (absolutamente defensivas e periféricas) no regime do apartheid, que garante à minoria branca o seu domínio sobre a popu-

lação negra, confinada em bantustões (espécie de cidades-dormitórios negras) e fornecedora de mão de obra baratíssima às minas e empresas industriais ou agrícolas sul-africanas.

Nesse sentido a reforma aprovada é um vitória do premier sobre setores mais duros da minoria branca, veementes opositores a qualquer tipo de modificação no apartheid. Constituindo-se em uma manobra do governo para tentar ampliar a base de sustentação do regime (e, assim, salvar o sistema) ela prevê a criação de um parlamento tricameral, no qual mestiços (2,6 milhões) e asiáticos (850 mil) terão direito a representação... mas nas seguintes proporções e condição: 85 cadeiras para os mestiços e

45 para os asiáticos, que só poderão votar matérias de interesse da minoria branca, vez que esta contará com 178 cadeiras.

Saudado pelo governo Ronald Reagan como inaugurador de uma nova fase na história desse posto avançado do imperialismo no continente africano e riquíssimo depósito de minérios estratégicos, o novo arranjo, no entanto, dificilmente conseguirá cooptar as minorias sociais mestiça e asiática, pois é indistigável que elas continuarão a ser amplamente discriminadas, e, provavelmente, acirrará as dissidências no Partido Nacional e demais partidos brancos direitistas, o que acabará proporcionando campo mais favorável para o desenvolvimento da luta de classes no país.

Europa

Milhões de pessoas contra os mísseis

Nos últimos dias, a Europa assistiu as maiores manifestações de massa desde o pós guerra. Calcula-se que mais de três milhões de pessoas foram às ruas para protestar contra a instalação dos mísseis Cruise e Pershing-2. O primeiros mísseis serão já instalados em dezembro na Itália, Alemanha e Inglaterra.

Na Itália, cerca de 1,5 milhão de pessoas se concentraram em Roma vinda de todos os cantos do país. A manifestação não teve o apoio da Democracia-Cristã e do Partido Liberal. Exatamente às cinco horas da tarde, Roma assistiu um espetáculo emocionante, simulando-se vítimas de um hecatombe nuclear.

Na Alemanha Ocidental, no dia 22 de outubro, quatro grandes manifestações reuniram bem mais de milhão de pessoas. Em Stuttgart, um cordão humano formado de 180 mil pessoas ligou dois quartéis de tropas norte-americanas. As manifestações contaram com a adesão da social-democracia, agora na oposi-

ção ao governo. A única manifestação de apoio à instalação dos mísseis, em Munique, contou apenas com a participação de quatro mil pessoas.

Na Inglaterra, 200 mil pessoas se concentraram no Hyde Park na maior manifestação anti-nuclear já ocorrida no país. Mais de 150 pacifistas foram presos ao tentar invadir a base de Greenham Common, base onde serão instalados os mísseis, a 80 Kms a oeste de Londres. Em uma sessão na Câmara dos Comuns, Margaret Thatcher admitiu até mandar atirar nos pacifistas se isto se fizer necessário para garantir a integridade da base.

Houve manifestações grandiosas ainda na Holanda, Dinamarca e na Espanha. Na França, as manifestações tiveram menor peso. Junto com os governos conservadores da Inglaterra, Alemanha e Itália, Mitterrand vem sendo um dos principais baluartes da política da OTAN na Europa.

Líbano

O argumento das armas

24/outubro, 6h20 da manhã, uma camioneta carregada com explosivos rompe os portões do aeroporto internacional de Beirute, onde estão sediados os marines, e faz ir pelos ares o prédio central da base militar. Três minutos depois, atentado semelhante converte o edifício de oito andares, que pertencia à Universidade do Líbano e alojava o 6º Regimento de Páraquedistas da Legião Estrangeira francesa, em ruínas. Saldo final de vítimas fatais: 230 fuzileiros navais norte-americanos e 58 páraquedistas franceses.

4/novembro, 6h10 da manhã, uma camioneta carregada com 500 quilos de dinamite faz explodir o prédio de dois andares que, em Tiro, sul do Líbano, servia de centro de segurança para o exército de ocupação israelense, ocasionando a morte de 39 pessoas, entre elas a de 10 prisioneiros árabes e a do governador militar da região (um israelense). Três horas após o atentado, a aviação israelense dá início ao bombardeio de posições drusas e palestinas (pró-sírias) nas montanhas do Chuf.

No intervalo entre os dois primei-

ros atentados e o terceiro, os rebeldes da Al Fatah, conjuntamente com as tropas de ocupação sírias e guerrilheiros da Al Saika e da FPLP-QG (duas outras organizações integrantes da OLP), desencadeiam violenta ofensiva contra os campos de refugiados de Badawi e Nahr el Bared, últimos redutos das forças leais à liderança de Yasser Arafat no Líbano.

A guerra no Líbano, começada em 1975 como guerra civil, desde cedo converteu-se em uma guerra de ocupação. Aos governos norte-americanos, israelense, sírio e a todos os regimes árabes conservadores interessa a quebra da resistência palestina, pois que ela, apesar de suas debilidades, se constitui em um exemplo de luta para as massas exploradas árabes e, por aí, ameaça diretamente à ordem estabelecida nos Estados árabes e aos objetivos do imperialismo e do sionismo na região.

Dessa maneira, muito mais que especular sobre a identidade dos autores dos últimos atentados, importa sublinhar que eles são a consequência natural da política

imperialista: exército de ocupação e pretensas forças de paz (em realidade forças garantidoras do governo títere do presidente Amin Gemayel) não podem pretender permanecer incólumes.

Importa sublinhar que a cisão no seio da Al Fatah — e, de resto, no seio da OLP como um todo — é diretamente fomentada pelo sub-imperialismo sírio. Desejo de parlamentar com os mandantes norte-americanos, o governo sírio procura colocar, valendo-se de uma retórica agressiva, a "esquerda" libanesa e a maior parcela possível da OLP sob sua hegemonia.

Nesse quadro, a conferência entre o presidente Gemayel e representantes dos principais grupos político-religiosos libaneses, iniciada no último dia 3 e suspensa até dia 14 próximo, acordou em congelar o acordo israelo-libaneses de maio último e em conferir poderes para que Gemayel iniciasse novos contactos visando a pacificação.

Por tudo isso torna-se evidente que a Guerra no Líbano está ainda no seu começo. Muitas mortes e massacres ainda ocorrerão, sobretudo de civis, palestinos e libaneses.

Uma revolução interrompida

Por que será que uma ilha com 344km² de área e pouco mais de 110 mil habitantes, cuja maior riqueza são produtos primários, tem provocado tanta polêmica e mereceu atenções tão especiais do governo Reagan, que para lá mandou suas tropas de elite?

Resposta: porque nessa ilha tão pequena em tamanho estava em andamento um processo revolucionário, iniciado antes da tomada do poder pelos sandinistas na Nicarágua — 1979.

Esse país, pertencente à Comunidade Britânica, fica no mar das Antilhas, o mesmo que banha a ilha da Cuba, Nicarágua, toda a América Central e uma porção de outras ilhas, ex-colônias ou ainda colônias da Inglaterra, França e Holanda, principalmente.

Essa ilha, Granada, só entrou no mapa das preocupações mundiais em 1979, quando Maurice Bishop e o partido New Jewel tomaram o poder e iniciaram um processo revolucionário. De repente, então, Granada passou a ser fundamental para o equilíbrio do mundo. Analistas do Pentágono norte-americano lançaram laudas e mais laudas, de análises sobre a "posição estratégica" do país, sobre a necessidade de se interromper a revolução, de fazer as coisas voltarem ao "curso normal".

Na verdade, depois de Cuba, em 1961, foi o primeiro país da América Latina a iniciar uma revolução socialista ali, nas barbas do Tio Sam. Os sandinistas chegaram ao poder alguns meses depois, o que fez o imperialismo aumentar sua paranoia. Principalmente porque El Salvador, Honduras, e Guatemala ameaçavam (e ainda ameaçam) romper definitivamente os laços seculares da dependência imperialista.

Embora as informações sobre os acontecimentos de Granada, anteriores e posteriores à invasão, sejam esparsos e incompletos, vamos tentar fazer um pequeno resumo da história da ilha.

Uma história acidentada

Granada foi descoberta por Cristóvão Colombo, em 1498, mas passou às mãos dos franceses que iniciaram sua colonização em 1627 e, em menos de 30 anos, exterminaram todos os nativos. Inglaterra e França brigaram por muito tempo para saber de quem era a ilha. Em 1763, foi cedida à Inglaterra; em 1779, voltou ao domínio francês para, em 1783, passar definitivamente às mãos da Inglaterra. Com a população nativa dizimada, foi necessário trazer escravos da África para trabalhar nas lavouras de café, algodão e cacau.

Em 1838, os escravos foram libertados; e, em 1843, os ingleses introduziram em Granada aquela que viria a ser a principal fonte de divisas do país: a noz moscada. Em 1967, Granada passa a ser estado associado britânico, gozando de completa autonomia; em 1974, o país declara-se independente, mas continua membro da comunidade britânica. O primeiro-ministro Eric Gairy torna-se conhecido como "Idi Amin do Caribe", pela arbitrariedade de seu governo e selvageria de sua polícia, os "mangustos".

Segundo o New Jewel, Gairy estava colocando o país cada vez mais na mão dos capitalistas internacionais, com facilidades na compra de terras, preços "especiais" para os produtos agrícolas etc. Além disso, promovia uma repressão sem tréguas contra todos os que se opunham ao seu governo. Por isso, não deixou saudades em Granada.

A revolução

Em 13 de março de 1979, a Frente Unida para o Bem-Estar, Educação e

A intervenção militar americana aborta um rico processo de libertação de um povo negro historicamente submetido a toda sorte de opressão colonial.

Aqui, uma história da revolução granadina, de suas principais conquistas.



Daniel Ortega (Nicarágua), Maurice Bishop (Granada) e Fidel Castro nas comemoração do 1º de maio em Havana.

Libertação de Granada (o New Jewel), liderada por Maurice Bishop, um advogado formado na Inglaterra, derrubou o governo de Gairy e assumiu o poder, colocando imediatamente em ação uma plataforma de amplas reformas sociais. Um detalhe interessante do novo governo é que Granada, pertencente à Comunidade Britânica, não rompeu com a Inglaterra depois da revolução. Muito pelo contrário: Paul Scoon, governador-geral da ilha, nomeado diretamente pela rainha Elisabeth II (ainda a chefe de Estado nominal de todos os países da Comunidade), consultou Londres por ocasião da deposição de Gairy. E o Palácio Real reconheceu como legítimo o novo governo liderado por Maurice Bishop.

De qualquer forma, em dois anos (79-81) a vida dos granadinos melhorou sensivelmente. Como primeiras medidas, Bishop diminuiu os salários dos ministros, congelou os preços, instalou conselhos de trabalhadores nas plantações (não se esquecer, Granada não tem indústrias), criou um exército popular e iniciou um vasto programa de construção de reforma de moradias populares, construção de postos de saúde e escolas em todo o país, campanha de alfabetização e de uma infraestrutura para dotar o país de possibilidade de industrialização a curto prazo.

No plano político, as coisas nunca estiveram muito tranquilas. Ainda em 79, houve uma tentativa de golpe. E, em 1980 também, com o afastamento de 15 membros do Exército Popular.

As conquistas da revolução

Entre 79-81, isto é, a partir da Revolução, o Produto Interno Bruto de Granada cresceu a taxas anuais de 2,4%. Um número expressivo, se levarmos em conta que a crise internacional produziu uma queda brutal nos preços dos produtos primários, principal fonte de recursos de Granada. E que outra de suas

fontes de dinheiro, o turismo, também diminuiu sensivelmente desde a Revolução: os europeus e norte-americanos, maior parte dos turistas, estavam assustados com a "mão vermelha" atuando no país.

O golpe de Coard

Se os EUA não gostaram de Bishop no poder, encontraram um bom motivo para fazer campanha contra ele e Granada na mídia internacional: a construção do aeroporto internacional, com recursos vindos de diversos países, mas principalmente da Líbia, e com mão-de-obra especializada de Cuba. Mas, era só desculpa para preparar a opinião pública para a invasão.

Seja pela pressão de Reagan ou por decisão próprias, os países industrializados e os vizinhos do Caribe, todos aliados de Reagan (Trinidad-Tobago, Martinica, Dominica etc) não desenvolveram relações comerciais e diplomáticas muito efetivas com os revolucionários no poder. Isso, é lógico, teve consequências internas. De qualquer forma, as divisões na liderança aguçaram-se muito mais em função de conflitos de personalidade e diferenças de métodos de organização, do que propriamente em razão de princípios revolucionários. Para muitos membros do Governo, a imensa popularidade de Bishop poderia levar o New Jewel e o país a um culto de personalidade. E o primeiro-ministro usava essa sua imagem de governante popular para controlar a situação do país e granjear simpatias internacionais.

Antes de Coard depor Bishop, houve uma série de comunicados e desmentidos a respeito de tentativas de derrubar o primeiro-ministro. O próprio Bernard Coard pediu demissão dos cargos que ocupava, vice-premiê e ministro das Finanças e do Planejamento, depois que o ministro da Indústria e da Pesca, Kendrick Randiz, o acusaram de estar planejando um golpe de estado. Um dia, depois, Coard derruba Bishop que tenta retomar a liderança, mas é assassinado numa manifestação pública, junto com alguns ministros e líderes sindicais.

Sejam quais forem os reais motivos que levaram ao golpe, ele teve consequências trágicas, porque paralisou o partido e tornou Granada vulnerável à invasão.

Certa feita, Reagan afirmou que considerava a revolução de Granada pior que a cubana ou a nicaraguense, "porque seus líderes falam inglês e podem se comunicar facilmente com a opinião pública norte-americana".

Seja qual for o resultado final da batalha entre o povo granadino e os invasores norte-americanos, uma coisa é certa: a experiência e as lições desses quatro anos de revolução no país não poderão ser apagadas da história facilmente. Evidentemente, o processo não chegou a se completar, mas deixou marcas profundas nos trabalhadores de Granada.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Virginia Pinheiro, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.



Soldados americanos dirigem-se ao campo de batalha na ilha invadida.

Cães de guerra invadem Granada

Uma das primeiras medidas de Ronald Reagan logo após assumir a presidência dos EUA em janeiro de 1981 foi a de colocar seus assessores para montar a Organização dos Estados do Caribe Oriental congregando as minúsculas ilhas próximas de Granada (Antígua, Dominica, Santa Lúcia, Barbados, San Vicente e Jamaica). Naquele mesmo ano, os EUA realizaram exercícios navais em Porto Rico, tendo como alvo uma hipotética ilha do Caribe denominada "Ambar" e "Ambarinas".

"Essa ilha é Granada" denunciou na ocasião Maurice Bishop. O nome hipotético não deixava mesmo muita margem à dúvidas, casando-se perfeitamente com o nome "Granada e Granadinas".

Dois anos depois, Bishop já morto não pode assistir a realização do que mais temia.

Na manhã do dia 25 de outubro, 1500 "marines" americanos, somados a um pequeno "exército de Brancalione" arrematado às pressas nas ilhas que compõem a OECS, atacaram Granada por ar e por terra.

No entanto, se a invasão da ilha já estava prevista e organizada há muito, a decisão teve forte componente de oportunidade. Aproveitando-se de um momento de confusão interna no governo de Granada, Reagan quis dar uma resposta às emoções desencadeadas pelo massacre dos soldados americanos no Líbano.

Tanto assim que as justificativas para a invasão foram variando dia a dia segundo as repercussões políticas a nível mundial.

Desmentidos

A invasão foi mantida em segredo para o povo americano até 4 horas após já em curso, quando em cadeia de televisão Reagan anunciou o fato argumentando que "vidas americanas estavam em perigo" (referindo-se aos estudantes americanos que faziam o curso de Medicina em Granada), que muitas nações do Caribe pediram a Washington para agir e que os EUA decidiram atender ao pedido "num esforço conjunto para restaurar a ordem e a democracia na ilha de Granada".

Mas a idéia de que a invasão tivesse algo a ver com a vida dos estudantes americanos foi imediatamente desmentida pelo próprio diretor da Escola de Medicina, Charles Modica. Ele declarou a imprensa que antes da invasão já havia um acordo com o Departamento de Estado Americano e com autoridades canadenses de retirar pacificamente os estudantes. "A invasão foi uma surpresa", disse ele. "E se os estudantes americanos correram perigo de vida, foi com ela."

No segundo dia da invasão, quando país por país foi reproovado a invasão e depois que a própria Inglaterra tornou público que havia sido consultada sobre a operação e não concordara com ela, Reagan teve que mudar seu discurso. Passou a argumentar que existia uma "clara evidência" de que Cuba planejava ocupar a ilha e estava por trás do golpe que depôs Bishop. (ver box).

Para Reagan, o aeroporto Ponta Salinas, que usava em sua construção trabalhadores

A agressão à ilha já estava prevista e organizada há muito tempo mas Reagan aproveitou-se da divisão interna no governo de Granada.

cubanos mas com tecnologia americana e inglesa, transformou-se num enorme perigo estratégico militar "possivelmente até para alocar mísseis". Mas fora o discurso, Reagan não conseguiu provar nada. E se no final do primeiro dia a operação foi anunciada como um "completo sucesso", de repente, a resistência heróica e legítima dos granadinos e trabalhadores cubanos foi transformada num enorme perigo vermelho sobre a democracia ocidental. Para combatê-lo (cerca de 600 cubanos), foram enviados nesse dia mais 800 americanos de reforço aos 2000 já presentes.

A resistência

De fato, no primeiro dia, os trabalhadores cubanos e granadinos resistiram bravamente. Mas ao meio-dia do dia 26, o governo cubano anunciou que a resistência havia terminado. No dia anterior, Fidel Castro anunciara que as autoridades de Granada haviam solicitado ao governo de seu país que enviasse combatentes para responder à invasão e completava "que havia sido impossível atender esse pedido, por razões políticas e militares absolutamente desfavoráveis para organizar uma resistência prolongada". Ao mesmo tempo, orientava os trabalhadores cubanos em Granada "que permaneçam em seus postos de trabalho e defendam-se."

No mesmo dia, mais tarde, a rádio Havana anunciava que os americanos haviam prendi-

do vários cubanos e conclamavam os demais à rendição.

No dia seguinte, Fidel declarava: "Os valentes trabalhadores cubanos da construção escreveram uma bela página na história e travaram uma batalha pelos pequenos países do mundo contra a agressão militar imperialista. Lutaram também pelas Américas e por sua própria terra, como se lá em Granada estivessem defendendo a própria liberdade e soberania de Cuba." Acrescentou ainda que apes da invasão o governo cubano tudo fez no campo diplomático para que ela não acontecesse, propondo cooperar de todos os modos para que os americanos e não granadinos fossem evacuados de Granada pacificamente.

Mas é evidente que Reagan não estava interessado na paz.

Isolamento internacional

No terceiro dia da invasão, sob o pretexto de que a resistência continuava, o número de combatentes americanos elevou-se a 5600 soldados contra um exército de apenas 1200 homens e 4 mil milicianos, sendo que as principais instituições do país já estavam nas mãos dos americanos. Nesse mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma moção "deplorando profundamente a intervenção armada na ilha de Granada" e pedindo a imediata retirada das tropas estrangeiras. Os EUA vetaram a resolução para piorar ainda

mais sua imagem perante a opinião mundial. A resolução foi aprovada por 11 votos a favor, três abstenções e apenas um voto contra, o dos EUA. Absteram-se a Grã-Bretanha, Togo e Zaire.

No mesmo dia, o governo da Alemanha, tendo como porta voz o ministro das Relações Exteriores, Hans-Dietrich Genscher colocou em dúvida a "credibilidade do governo de Washington" acentuando que a ação norte-americana no Caribe "oferece uma oportunidade de mudança na discussão sobre os planos americanos que afetam o governo de Bonn, tanto política como psicologicamente" (O ministro se refere a instalação de mísseis em território alemão).

Ainda para grande desgaste de Washington, no quarto dia da invasão os americanos bombardearam um hospital psiquiátrico matando vários e ferindo outros tantos doentes. Washington reconheceu o "erro", dizendo que pensava ser o alvo um quartel. No entanto essa versão foi desmentida pela enfermeira chefe do hospital que declarou à imprensa ter recebido ordens pelo telefone, de manhã cedo para junto com todo o corpo médico se retirar do hospital. Eles não se retiraram e testemunharam o massacre. Várias instituições médicas e psiquiátricas em todo o mundo fizeram moções de protesto.

Entretanto, se o desgaste americano a nível mundial é bastante evidente, o mesmo não se pode dizer internamente aos EUA. Nenhuma mobilização de massa importante, nenhum pronunciamento significativo do movimento operário, repercussões e reações muito tímidas do Congresso.

Cuba e Nicarágua

Do ponto de vista das revoluções na América Central, principalmente no que diz respeito a Cuba e Nicarágua, a invasão de Granada é um aviso, forte, sem dúvida, mas que não pode gerar uma avaliação catastrofista. Uma invasão da Nicarágua e, notadamente de Cuba, teria uma qualidade militar e política diversa do que ocorreu em Granada. Exigiria um contingente militar de ocupação de centenas de milhares de homens, um confronto mais prolongado e, fundamentalmente, de resultado incerto dado à legitimidade e apoio interno conquistados pelos governos de Cuba e Nicarágua. Geraria uma reação no plano internacional fortíssima, provavelmente represálias mais fortes da URSS já que significaria de fato uma alteração significativa na correlação de forças no plano internacional. E Reagan teria que se enfrentar com uma oposição interna bem mais profunda e desgastante.

Se Reagan e sua equipe truculenta tivessem dúvidas sobre as dificuldades de uma eventual invasão da Nicarágua ou Cuba, bastaria olhar o impressionante processo de mobilização popular nestes dois países. Em Cuba, no primeiro domingo do mês de novembro, o país foi sacudido por manifestações de dois milhões de cubanos que saíram as ruas para saudar os seus companheiros que chegavam de Granada.

A posição cubana

Aqui, a condenação do governo cubano ao golpe que depôs Maurice Bishop.

Logo após o golpe que depôs Bishop do poder, uma campanha internacional de desinformação foi cuidadosamente organizada para confundir, desarmar e dividir o movimento operário a nível mundial em face dos trágicos acontecimentos que se sucederam em Granada.

A imprensa internacional criou várias histórias sobre Bishop, que variavam desde ele ser membro da Internacional Socialista até ser um marxista moderado, não suficientemente duro para levar adiante o processo de socialização de Granada. Evidentemente os governos da URSS e especialmente de Cuba foram acusados de estar por trás de tudo e de ter organizado a campanha anti-Bishop, seu assassinato e a derrubada de seu governo. Bernard Coard foi apresentado como o "homem dos cubanos" disposto a radicalizar o processo revolucionário em Granada.

O governo e o PC Cubano no dia 20 de outubro fizeram uma longa nota oficial colocando claramente sua posição sobre os

acontecimentos de Granada e sua relação com a revolução granadina. Sobre isso a imprensa mundial não publicou sequer uma linha.

Explicando sua não intervenção nos acontecimentos de Granada, a declaração de Cuba esclarece: "Bishop era entre os líderes políticos quem mais simpatia e respeito despertava entre nosso povo... Nenhuma doutrina, nenhum princípio ou posição intitulada revolucionária, e nenhuma divisão interna justifica procedimentos e atrocidades como a eliminação física de Bishop e o grupo de honestos e trabalhadores líderes assassinados...". "O imperialismo tentará agora de todas as maneiras tirar proveito e fazer uso desta tragédia e dos graves erros cometidos pelos revolucionários granadinos no sentido de suspender o processo revolucionário de Granada e lançá-la novamente sob a dominação neocolonial e imperialista... Somente um milagre... pode ainda salvar o processo."